

Edição 11.178 // Fechamento 20h00

O jornal mais lido do estado

GazetadoParaná

R$2,00 Fundado em 1991. Diretor: Marcos Formighieri **SÁBADO // 14.11.2026 // Cascavel-PR** **www.gazetadoparana.com.br**

Cascavel comemora aniversário em data errada mais uma vez

● ‘Desaniversário’: documentos históricos mostram que o município de **Cascavel foi oficialmente instalado em 14 de dezembro de 1952**

● A mudança no calendário acabou alterando a contagem da idade da cidade. **Lei antecipou a celebração de dezembro para novembro**

●Há quem diga que Cascavel comemora neste sábado (14) seus 75 anos, mas os documentos históricos contam outra história. Embora o município tenha sido criado pela Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, sua instalação oficial ocorreu somente em 14 de dezembro de 1952, com a posse do primeiro prefeito, José Neves Formighieri. Pela data de instalação, portanto, Cascavel completa 74 anos em dezembro de 2026, e não 75 anos em novembro. A diferença não é apenas uma questão de calendário. Ela resulta de uma mudança na legislação municipal aprovada em dezembro de 2010, quando a Câmara transferiu para novembro a comemoração que tradicionalmente ocorria em dezembro. A alteração fez coincidir a festa de aniversário com a data da lei estadual que autorizou a criação do município. Público ● P.3

DADOS

●A transferência do aniversário para novembro teve uma motivação que ultrapassava a discussão histórica

Eventos são cancelados em cidades do Paraná



Divulgação

●O cancelamento de festas e eventos públicos está se espalhando pelo Paraná e ameaça comprometer a programação de fim de ano em diferentes regiões do Estado. Pelo menos nove municípios já anunciaram a suspensão de festividades, enquanto mais de 30 enfrentam incertezas sobre a realização de eventos, segundo levantamento citado pelo setor. As justificativas incluem estragos provocados por temporais, alertas de novas chuvas, dificuldades financeiras das administrações municipais e indefinições sobre convênios e repasses estaduais. O cenário preocupa empresas organizadoras, fornecedores, artistas e trabalhadores que dependem da realização dessas programações. A situação ganhou dimensão regional. Além dos eventos, municípios também revisam investimentos e despesas. Na região Amepar), 22 cidades aguardam autorizações e liberações de recursos. Público ● P.2



Neste sábado (14), o Brasil faz o penúltimo amistoso de 2026 e enfrenta o Japão Rafael Ribeiro/CBF

HORA DOS NOVOS

Carlo Ancelotti promove uma renovação na Seleção Brasileira. Esportes ● Pág.5

SÉRIE B TEM RODADA DE DEFINIÇÕES HOJE

Esportes ● Pág.6

SÉRIE OURO CONHECE O PRIMEIRO FINALISTA

Esportes ● Pág.6

CORRIDA E MOTOCROSS NA FESTA DE CASCAVEL

Esportes ● Pág.6

MIRASSOL E GALO JOGAM PELO BRASILEIRO

Esportes ● Pág.6

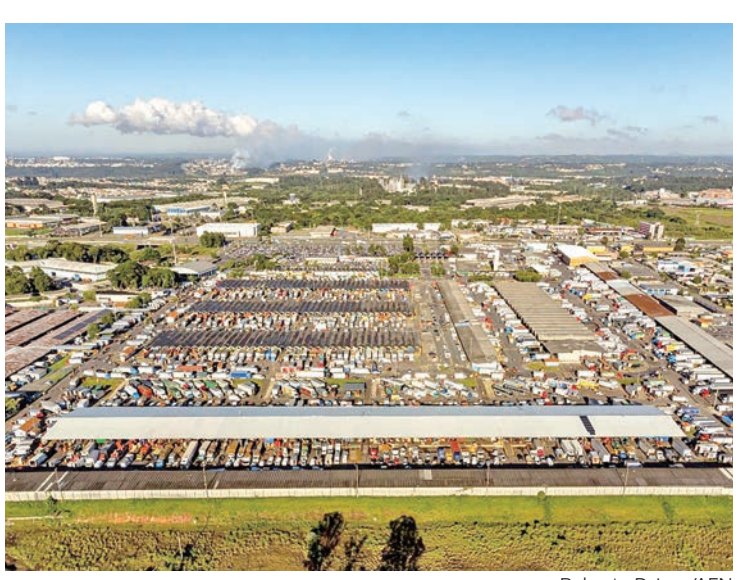


Divulgação

Dívidas rurais

BB: inadimplência é consequência dos produtores

A resistência de parte dos médios e grandes produtores rurais em pagar ou renegociar dívidas tem agravado a inadimplência na carteira de agronegócios do Banco do Brasil. Segundo Tarciana Medeiros, mesmo com a oferta de programas de renegociação, alguns produtores não quitaram os débitos, não procuraram o banco e se recusaram a apresentar novas garantias. Global ● P.11



Roberto Dziura/AEN

50 anos

Ceasa do Paraná movimenta R$ 6 bilhões por ano

A Central de Abastecimento do Paraná (Ceasa-PR) completa 50 anos em 2026 com uma estrutura que movimenta R$ 6 bilhões por ano e comercializa aproximadamente 1,3 milhão de toneladas de produtos. Presente em Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu, a instituição tem papel importante na distribuição de alimentos no Estado.
Global ● P.12

Público

No Paraná Pelo menos nove municípios paranaenses já anunciaram cancelamentos, enquanto mais de 30 enfrentam incertezas sobre programações. Essas cidades revisam investimentos e despesas

Triplica número de prefeituras que cancelam eventos de fim de ano

Temporais, dificuldades financeiras e indefinições sobre recursos estaduais preocupam o setor

ELIANE ALEXANDRINO
Cascavel

●O cancelamento de festas e eventos públicos está se espalhando pelo Paraná e ameaça comprometer a programação de fim de ano em diferentes regiões do Estado. Pelo menos nove municípios já anunciaram a suspensão de festividades, enquanto mais de 30 enfrentam incertezas sobre a realização de eventos, segundo levantamento citado pelo setor. As justificativas incluem estragos provocados por temporais, alertas de novas chuvas, dificuldades financeiras das administrações municipais e indefinições sobre convênios e repasses estaduais. O cenário preocupa empresas organizadoras, fornecedores, artistas e trabalhadores que dependem da realização dessas programações.

A situação, que começou com suspensões pontuais, ganhou dimensão regional. Além dos eventos, municípios também revisam investimentos e despesas. Na região da Associação dos Municípios do Médio Paranapanema (Amepar), 22 cidades aguardam autorizações e liberações de recursos do Governo do Paraná para projetos e obras.

Em Marilândia do Sul, o prefeito Walmir Peres anunciou o cancelamento da tradicional Festa da Cenoura, que seria realizada em comemoração aos 74 anos de emancipação política do município, em 14 de dezembro.

Na edição de 2025, a festa reuniu mais de 30 mil pessoas. Segundo a administração municipal, a decisão considera os temporais registrados nos últimos meses e as previsões de chuva acima da média até março de 2027.

A prefeitura informou que a suspensão busca priorizar a segurança da população e as necessidades do município. A expectativa é retomar a programação em 2027.



Festas de fim de ano entram em risco em mais de 30 cidades paranaenses Divulgação

Abrabar

A Associação Brasileira de Bares e Casas Noturnas (Abrabar) e o Sindicato das Empresas de Promoção de Eventos do Paraná (Sindiprom) já haviam alertado para os riscos de falta de previsibilidade no setor. O presidente das duas entidades, Fábio Aguayo, defende que as administrações municipais esclareçam os motivos das suspensões e diferenciem os cancelamentos provocados pelas condições climáticas daqueles relacionados à falta de recursos ou à ausência de convênios. "Estamos muito preocupados com o que está acontecendo. Já havíamos alertado sobre os riscos de cancelamentos e sobre a falta de previsibilidade. É evidente que os eventos climáticos precisam ser respeitados e que ninguém pode colocar vidas em risco. Mas precisamos saber a verdade: quantos cancelamentos decorrem efetivamente das chuvas, quantos estão relacionados à falta de recursos e quantos são consequência de convênios que não foram liberados ou de problemas de planejamento?", questionou.

Aguayo afirma que as mudanças de última hora comprometem empresas e profissionais que já assumiram compromissos, contrataram equipes e mobilizaram estruturas. "Quando um evento é cancelado, não desaparece apenas uma festa. Desaparecem empregos, contratos, investimentos, renda e oportunidades para milhares de pessoas", afirmou.

Incertezas

Outro ponto de preocupação é a situação dos convênios com o Governo do Paraná. Na região da Amepar, 22 municípios aguardam autorizações e liberações de recursos estaduais para projetos e obras. Para o setor de eventos, a falta de definição sobre os repasses dificulta o planejamento e aumenta o risco de compromissos assumidos pelas prefeituras não serem cumpridos. A Abrabar e o Sindiprom cobram transparência sobre os convênios atingidos, os valores envolvidos, os recursos efetivamente liberados e os compromissos que serão mantidos.

Prejuízos

A sequência de cancelamentos pode afetar uma cadeia econômica que envolve produtoras, empresas de estrutura, equipes técnicas, segurança, alimentação, hospedagem, comércio, artistas e trabalhadores temporários. Aguayo avalia que o Paraná corre o risco de encerrar o ano com frustração para quem contava com a realização das festividades e com a movimentação econômica gerada pelos eventos.

"É um fim melancólico de ano para quem estava nessa expectativa. O setor não pode viver de anúncios, promessas e expectativas que depois acabam frustradas. Na próxima temporada, o grande diferencial será o compromisso com a verdade, o planejamento e a responsabilidade. Precisamos saber o que realmente está acontecendo e quem vai responder pelos prejuízos", declarou.

As entidades defendem que eventos públicos e privados sejam planejados com garantias financeiras, transparência e previsibilidade. A preocupação é evitar que empresas e trabalhadores assumam os prejuízos de decisões tomadas sem segurança sobre recursos e condições para a realização das programações.

Entre temporais, restrições orçamentárias e indefinições sobre convênios, o setor cobra respostas dos municípios e do Governo do Estado sobre os motivos dos cancelamentos e os impactos financeiros para quem trabalha com eventos.

NO PARANÁ

Municípios suspendem ou adiam festividades

●**Roncador:** suspendeu a festa dos 65 anos do município após decretos de emergência, alertas de tempestades e danos em pontes e bueiros.
●**Joaquim Távora:** cancelou o 35º Rodeio Tavorense, citando a falta de convênio estadual e a instabilidade climática.
●**Fazenda Rio Grande:** cancelou preventivamente a ExpoFazenda, prevista para dezembro, e informou que os recursos serão direcionados à saúde e à infraestrutura.
●**Almirante Tamandaré:** cancelou a Festa do Morango diante dos riscos de tempestades, da situação de emergência e de incertezas financeiras.
●**Ponta Grossa:** adiou a Münchenfest em razão de dificuldades econômicas e da previsão meteorológica desfavorável.
●**Ipiranga:** cancelou os shows de aniversário e direcionou recursos à recuperação de estradas rurais.
●**São Pedro do Ivaí e Cruzmaltina:** suspenderam festividades diante dos danos provocados pelas chuvas, dos riscos climáticos e da redução de repasses.
●**Ivaiporã, Bom Sucesso, Ariranha do Ivaí, Rosário do Ivaí, Marilândia do Sul e Jandaia do Sul:** também aparecem entre os municípios com programações suspensas ou canceladas.
●**Outras cidades citadas** em levantamentos do setor, entre elas São Sebastião da Amoreira, São Mateus do Sul, Quedas do Iguaçu, Araucária, Rio Branco do Sul, Honório Serpa, Munhoz de Melo, Vitorino, Borrazópolis, Arapuã, Cândido de Abreu, Rio Branco do Ivaí e Faxinal, também enfrentam cancelamentos, adiamentos ou revisão das programações.

Oito vereadores de Francisco Beltrão viajam a Brasília, gastos chegam a R$ 60 mil

Comitiva de oito parlamentares e quatro servidores participou de congresso da UVB. Sessão de 10 de novembro terminou sem deliberações por falta de quórum

Da redação
Cascavel

●A participação de oito vereadores de Francisco Beltrão em um congresso em Brasília custou pelo menos R$ 60,2 mil aos cofres públicos e coincidiu com uma sessão legislativa sem votações. No dia 10 de novembro, quase metade dos integrantes da Câmara Municipal estava fora do município para participar do Congresso UVB 62 Anos. Com apenas oito parlamentares presentes, os trabalhos foram encerrados sem deliberações por falta de quórum.

A viagem também incluiu quatro servidores do Legislativo. Os registros administrativos apontam R$ 48.930,00 em diárias e outros R$ 11.340,00 em inscrições no evento, totalizando R$ 60.270,00. Os valores correspondem às despesas autorizadas e contratadas, e não necessariamente ao custo final já liquidado e pago.

O caso chama a atenção não apenas pelo volume de recursos envolvidos, mas pelo impacto no funcionamento da Câmara e pelo contraste com medidas de economia anunciadas pela própria instituição cinco meses antes. Em junho, a direção do Legislativo havia informado a suspensão da concessão de diárias para vereadores e servidores como parte de um pacote de contenção de gastos.

Sessão sem deliberações

A sessão ordinária de 10 de novembro foi aberta sob a presidência da vereadora Aline Biezus, mas não avançou para as votações previstas na pauta. Dos 17 vereadores, oito estavam em Brasília e outro apresentou justificativa médica. Oito permaneceram no plenário, número insuficiente para as deliberações.

O Regimento Interno disponibilizado no portal da Câmara estabelece maioria absoluta para as votações comuns. Como o Legislativo possui 17 cadeiras, são necessários pelo menos nove parlamentares. Com um vereador a menos, os projetos e demais assuntos previstos foram adiados para a sessão seguinte, marcada para 16 de novembro.

A falta de quórum ocorreu um dia depois de uma reunião em que os vereadores aprovaram, em segundo turno, mudanças no formato de cobrança da taxa de lixo e rejeitaram uma proposta de doação de terreno público à Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste), destinado à construção da Casa do Estudante.


Vereadores gastam R$60 mil com viagem à Brasília Divulgação

Despesas da comitiva

Os R$ 60.270,00 identificados estão divididos entre diárias e inscrições. As Portarias nº 061, de 30 de outubro, e nº 062, de 4 de novembro, autorizam R$ 48.930,00 em diárias para os integrantes da comitiva. Já as inscrições somam R$ 11.340,00, conforme o contrato nº 055/2026, firmado com a empresa Plenária Assessoria e Gestão de Eventos Ltda.

Entre os vereadores inscritos estão o presidente da Câmara, Cidney Barbiero Filho (Cidão), Valmir Antonio Tonello (Dile Tonello), Oberdan Raul Saretta, Rosenildo Borges (Nildo Gás), Fernando Misturini, Silmar Gallina, Jussir José Nesi Júnior (Júnior Nesi) e Maria de Fátima Ize Niclotte.

Também participaram os servidores Thiago Eduardo Candido Miranda, Maicon Cesar Galvan, Carlos Alberto Machado e Douglas Carvalho de Almeida.

O congresso, realizado entre 10 e 13 de novembro, reúne representantes de câmaras municipais para atividades de capacitação, debates sobre gestão pública e articulação institucional.

"Desaniversário" Documentos históricos mostram que o município foi oficialmente instalado em 14 de dezembro de 1952, mas a mudança no calendário acabou alterando também a contagem da idade da cidade

Cascavel comemora aniversário na data errada há 15 anos



Shutterstock

Lei aprovada em 2010 antecipou a celebração de dezembro para novembro

Cascavel
REDAÇÃO

HÁ QUEM DIGA que Cascavel comemora neste sábado (14) seus 75 anos, mas os documentos históricos contam outra história. Embora o município tenha sido criado pela Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951, sua instalação oficial ocorreu somente em 14 de dezembro de 1952, com a posse do primeiro prefeito, José Neves Formighieri. Pela data de instalação, portanto, Cascavel completa 74 anos em dezembro de 2026, e não 75 anos em novembro.

A diferença não é apenas uma questão de calendário. Ela resulta de uma mudança na legislação municipal aprovada em dezembro de 2010, quando a Câmara de Vereadores transferiu para novembro a comemoração que tradicionalmente ocorria em dezembro. A alteração fez coincidir a festa de aniversário com a data da lei estadual que autorizou a criação do município, mas deixou de considerar o momento em que Cascavel efetivamente passou a funcionar como unidade administrativa independente de Foz do Iguaçu.

O episódio revela uma particularidade da história cascavelense: a cidade passou a comemorar não apenas em outra data, mas também uma idade diferente daquela registrada em seus documentos de instalação.

O comércio e a mudança

A transferência do aniversário para novembro teve uma motivação que ultrapassava a discussão histórica. Em dezembro, mês de maior movimento para o comércio, o feriado municipal representava um obstáculo para lojistas interessados em manter os estabelecimentos abertos durante as vendas de Natal.

A questão foi debatida em audiência pública realizada pela Câmara Municipal em 23 de setembro de 2010, por iniciativa dos vereadores Marcos Sotille Damaceno e Luiz Amélio Burgarelli, ambos do PDT. Representantes de entidades da sociedade civil participaram da reunião, na qual a maioria dos presentes defendeu a antecipação da comemoração para 14 de novembro.

Na própria divulgação da audiência, a Câmara reconheceu que o comércio resistia ao fechamento das lojas em dezembro, justamente por se tratar de um período importante para as vendas. A mudança, portanto, atendia a uma demanda econômica concreta, embora tenha sido apresentada também como uma forma de recuperar a data da lei estadual de criação de Cascavel.

O Projeto de Lei nº 233/2010, apresentado pelos vereadores Marcos Sotille Damaceno, Luiz Amélio Burgarelli e Paulo Dileto Bebber, foi aprovado em duas votações no dia 15 de dezembro daquele ano. Cinco dias depois, o então prefeito Edgar Bueno sancionou a Lei Municipal nº 5.689, estabelecendo 14 de novembro como data oficial do aniversário e feriado municipal, com efeitos a partir de 2011.

A legislação substituiu a Lei Municipal nº 1.875, de 5 de junho de 1986, que havia estabelecido 14 de dezembro como data de comemoração. Não era a primeira vez que o calendário mudava: Cascavel já havia celebrado o aniversário em novembro durante décadas, antes de adotar dezembro como referência. A diferença é que, depois da alteração de 2010, a contagem oficial passou a considerar 1951 como ano de nascimento do município.

O que dizem os documentos

A Lei Estadual nº 790, sancionada pelo governador Bento Munhoz da Rocha Neto em 14 de novembro de 1951, estabeleceu uma nova divisão administrativa do Paraná para o período de 1952 a 1956. Entre as unidades previstas estava Cascavel, até então vinculada ao município de Foz do Iguaçu.

O próprio texto legal, entretanto, estabelecia uma condição para a instalação dos novos municípios. O artigo 2º determinava que as novas unidades administrativas seriam instaladas na data da posse dos respectivos prefeitos. No caso de Cascavel, isso aconteceu em 14 de dezembro de 1952, mais de um ano depois da sanção da lei estadual.

A comprovação está na ata de instalação do município, preservada nos arquivos da Câmara Municipal. O documento registra a posse de José Neves Formighieri como primeiro prefeito, em cerimônia presidida por Dimas Pires Bastos, com a presença de vereadores e autoridades, entre elas o então prefeito de Foz do Iguaçu, Francisco Guaraná de Menezes.

EM NÚMEROS

1952

Até dezembro de 1952, a localidade permanecia sob administração distrital, vinculada a Foz do Iguaçu

A documentação também demonstra que a primeira legislatura municipal iniciou seus trabalhos em 1953, quando foram aprovadas as primeiras leis próprias de Cascavel. Até dezembro de 1952, a localidade permanecia sob administração distrital, vinculada a Foz do Iguaçu.

Dessa forma, existem dois marcos históricos distintos: 14 de novembro de 1951, quando a legislação estadual criou juridicamente o município, e 14 de dezembro de 1952, quando ocorreu sua instalação administrativa. A controvérsia está justamente em qual desses acontecimentos deve servir de referência para a comemoração do aniversário.

Um ano desapareceu

A consequência mais curiosa da alteração legislativa apareceu já em 2011. Em dezembro de 2010, Cascavel havia comemorado oficialmente seus 58 anos, considerando a instalação em 1952. No ano seguinte, com a adoção do novo marco histórico, a cidade passou diretamente para a comemoração de 60 anos.

O aniversário de 59 anos simplesmente desapareceu do calendário oficial.

O episódio não passou despercebido. Em 2019, o vereador Celso Dal Molin apresentou o Projeto de Lei nº 17/2019, acompanhado de um dossiê com documentos históricos, registros legislativos, atas e publicações oficiais, para defender o retorno da comemoração a 14 de dezembro e a correção da contagem da idade municipal.

Na justificativa, Dal Molin sustentou que a legislação de 2010 havia sido interpretada de maneira equivocada, porque a alteração da data comemorativa não deveria significar, automaticamente, a mudança da idade do município. O parlamentar argumentou que a comemoração deveria ter como referência a instalação efetiva de Cascavel, e não apenas a autorização legislativa para sua criação.

A tentativa, porém, foi derrotada. Em 6 de maio de 2019, a Câmara rejeitou a proposta por dez votos contrários e nove favoráveis, mantendo tanto a data de 14 de novembro quanto a contagem iniciada em 1951.

A história e a lei

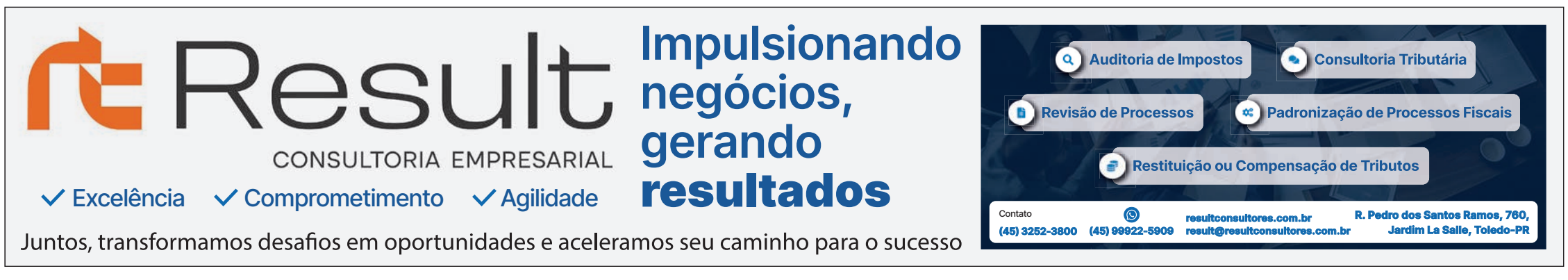
A discussão não se resume à escolha de um feriado. Em resposta a um requerimento apresentado por Celso Dal Molin, a Procuradoria-Geral do Município informou, em janeiro de 2019, que a administração considerava 14 de novembro de 1951 como marco inicial da existência de Cascavel. O entendimento era de que a lei estadual havia conferido à localidade a condição jurídica de município, independentemente da instalação administrativa ocorrida no ano seguinte.

A posição foi mantida pela maioria dos vereadores em 2019 e continua refletida no calendário oficial. Assim, do ponto de vista da legislação municipal vigente, a comemoração dos 75 anos em 14 de novembro de 2026 está respaldada pela lei. Sob o critério da instalação administrativa, entretanto, Cascavel completa 74 anos somente em 14 de dezembro.

A distinção também ajuda a compreender por que a cidade já existia muito antes das duas datas. Cascavel teve sua formação vinculada à ocupação do Oeste paranaense e passou por diferentes etapas de organização territorial e administrativa antes de conquistar autonomia em relação a Foz do Iguaçu. A criação jurídica, a instalação do município e a formação histórica da cidade não são acontecimentos equivalentes.

Quinze anos depois da mudança, a comemoração continua marcada por essa divergência. O calendário municipal reconhece novembro, mas a ata de instalação preservada pelo próprio Legislativo registra dezembro como o momento em que Cascavel iniciou oficialmente sua trajetória administrativa independente.

Neste sábado, Cascavel celebra 75 anos pela contagem estabelecida em lei. A instalação do município, porém, completará 74 anos em 14 de dezembro. Entre as duas datas, permanece uma discussão que atravessa a história, a política e os interesses comerciais da cidade.



A PREFEITURA DE CASCAVEL NÃO PARA!



Em andamento

MAIS DE
R$ 300 MILHÕES
EM OBRAS EM TODO MUNICÍPIO.



Em breve NOVO HOSPITAL DA REGIÃO NORTE



4 NOVOS CMEIs NO INTERIOR



10 NOVAS UNIDADES DE SAÚDE



NOVOS ECOPARQUES



220 Km DE ESTRADAS RURAIS COM ASFALTO NOVO



TRINCHEIRA DO CASCAVEL VELHO



O MAIOR INVESTIMENTO EM **ASFALTO NOVO** DA HISTÓRIA

E MUITO MAIS VEM POR AÍ →

GOVERNO MUNICIPAL
CASCAVEL
CIDADE UNIDA E PRA FRENTE

cidade em OBRAS

Brasil x Japão Ancelotti chamou para os amistosos atletas que estão começando a jornada na Seleção

Uma Seleção Brasileira cheia de caras novas

O Brasil enfrenta o Japão na manhã deste sábado (14), em Singapura

DA REDAÇÃO
Cascavel

● A Seleção Brasileira, comandada por Carlo Ancelotti, fará nesta Data Fifa os dois últimos jogos de 2026. Neste sábado (14), o Brasil enfrenta o Japão, na reedição do confronto da segunda faseda Copa do Mundo, será disputado neste sábado, às 7h15 (de Brasília). Já na próxima terça-feira (14), o Brasil enfrenta Singapura, às 7 horas (de Brasília), em um confronto inédito entre as duas seleções. As duas partidas serão realizadas no Estádio Nacional de Singapura.

A expectativa é que a Seleção encerre o ano com duas vitórias, o que traria um pouco mais de esperança no ciclo visando a Copa do Mundo de 2030. O fato é que, independente dos resultados destes dois jogos, o balanço não é tão positivo. Isso por conta da campanha na Copa do Mundo deste ano, nos Estados Unidos, no México e no Canadá. A Seleção Brasileira caiu nas oitavas de final ao ser derrotada pela Noruega.

E, neste novo ciclo, o Brasil também tem como objetivo formar uma Seleção Olímpica competitiva, que tenha condições de buscar a terceira medalha de ouro. O futebol brasileiro masculino ficou fora das Olimpíadas de Paris, em 2024. Mas antes disso, faturou dois ouros nos jogos de 2016, no Rio de Janeiro, e 2021, em Tóquio. Aliás, estas foram as duas últimas conquistas mais expressivas do futebol brasileiro nos últimos anos.

E por isso que Carlo Ancelotti priorizou a formação de um time mais jovem nesta convocação. Ele já havia feito esse teste nos três amistosos na primeira Data Fifa após a Copa. Na ocasião, o Brasil teve uma vitória por 4 a 2 e um empate com a Austrália, além de uma goleada de 4 a 0 sobre a Índia.

É claro que a Seleção mantém alguns jogadores como pilares, casos de Gabriel Magalhães, Bruno Guimarães, Vini Júnior, Raphinha e Estêvão. Mas esta é uma formação cheia de caras novas, que iniciam a trajetória na Seleção. Dos 26 jogadores convocados pelo treinador italiano, 15 têm menos de 23 anos. No setor defensivo por exemplo, Gabriel Magalhães é o mais rodado e os demais convocados são bem mais jovens.

Estreante na Seleção Brasileira, o zagueiro Jonathan Jesus, do Cruzeiro, comemorou a oportunidade de vestir a camisa amarelinha pela primeira vez. O defensor de 22 anos falou sobre a emoção de receber a convocação do técnico Carlo Ancelotti e destacou o desejo de aproveitar a experiência para voltar a defender o Brasil em outras oportunidades.

"Espero poder agregar, tem muitos jovens aparecendo, espero poder dar meu máximo e agregar. Fiquei muito contente pela renovação, com novos atletas, a gente pode dar o nosso melhor ali, fazer bons jogos e se Deus quiser o Ancelotti vai contar mais e mais com o nosso futebol", disse. O zagueiro também destacou a realização de estar ao lado de grandes jogadores na Seleção Brasileira. "Estou me sentindo realizado de poder estar aqui na Seleção Brasileira, com grandes jogadores. É uma felicidade imensa", afirmou.

Marlon Gomes, volante do Shakhtar Donetsk, também comentou sobre a oportunidade de fazer parte do processo de renovação da Seleção Brasileira, conduzido por Carlo Ancelotti. O meio-campista vê a oportunidade de integrar o novo ciclo como a realização de um sonho e espera aproveitar a convivência com jogadores experientes. "Fico muito feliz com esse novo projeto da Seleção Brasileira, de renovação. A expectativa é a melhor possível por estar de volta, agora realizando um sonho, que é estar na Seleção principal e fazer parte desse novo ciclo. Então, tenho as melhores expectativas possíveis. Espero treinar bem, aprender o máximo aqui com atletas de grandes nomes e poder jogar bem e voltar mais vezes".

Morisco e Arthur Dias

Esta é a segunda convocação seguida que dois atletas que atuam em clubes paranaenses foram chamados. Na primeira convocação pós-Copa do Mundo, Ancelotti chamou o goleiro Pedro Morisco do Coritiba e o Arthur Dias, do Athletico-PR. Os dois também foram convocados para os jogos contra Japão e Singapura.

Nos três jogos anteriores, Ancelotti usou um goleiro em casa partida e Pedro Morisco foi o titular contra a Índia. Ele é contado para ser o titular contra o Japão neste sábado, o que mostra que o camisa 1 melhorou o seu conceito com o treinador. Só para se ter uma ideia, nessa lista, em relação à convocação anterior, só Morisco recebeu a segunda chamada. Nos jogos do fim de setembro e início de outubro, o treinador italiano havia chamado, além de Morisco, Hugo Souza, do Corinthians, Otávio, do Cruzeiro. Agora, o goleiro do Coritiba tem como companheiros de posição o experiente Bento, do Al-Nassr, que já atuou no Athletico-PR, e Lucas Perri, do Torino.



Carlo Ancelotti segue fazendo testes com novos atletas Fotos Rafael Ribeiro/CBF



Pedro Morisco seguiu na lista de goleiros da Seleção



Série B Última rodada da segundona será finalizada neste sábado com mais sete jogos. Ela define o campeão, o outro acesso e os playoffs

O que está em jogo na Série B do Brasileiro?

BRASILEIRÃO

Classificação SÉRIE B

TIME	P	J	V	E	D	GP	GC	S
1 Novorizontino	70	37	20	10	7	66	32	34
2 Juventude	68	37	19	11	7	49	26	23
3 Vila Nova	66	37	19	9	9	53	38	15
4 Criciúma	62	37	18	8	11	38	31	7
5 Fortaleza	62	37	16	14	7	44	33	11
6 CRB	58	37	17	7	13	57	51	6
7 Goiás	58	37	17	7	13	39	41	-2
8 Atlético-MG	58	37	15	13	9	45	35	10
9 Operário	57	38	16	9	13	51	50	1
10 Sport	55	37	14	13	10	50	42	8
11 S. Bernardo	53	38	14	11	13	54	44	10
12 Botafogo	51	37	14	9	14	45	39	6
13 Athletic	48	38	11	15	12	46	46	0
14 Cuiabá	47	37	11	14	12	34	32	2
15 Náutico	46	38	12	10	16	41	51	-10
16 Ceará	43	37	11	10	16	38	47	-9
17 Avaí	40	37	11	7	19	35	47	-12
18 Londrina	35	38	9	8	21	47	59	-12
19 América-MG	29	37	8	5	24	27	55	-28
20 Ponte Preta	15	38	3	6	29	21	81	-60



O Juventude está perto do segundo acesso direto Assessoria Juventude

LUCIANO NEVES
Cascavel

● A Série B do Campeonato Brasileiro terá sete partidas neste sábado (14) que irão encerrar a última rodada. Logo, essas partidas vão definir o outro integrante da elite nacional no ano que vem, os confrontos dos playoffs e o último rebaixado.

O outro porque o Novorizontino já está na Série A. Depois de anos batendo na trave no acesso, o time paulista teve uma campanha mais consistente na atual edição e comemorou a vaga na elite na rodada passada, ao derrotar o Fortaleza por 2 a 1. O Tigre do Vale conquistou o acesso inédito, mas ainda tem muito em jogo nesta última rodada. Líder da competição com 70 pontos, o Novorizontino só depende de si para ser campeão da Série B. Neste sábado joga contra o Criciúma, às 16h30, no Heriberto Hülse.

Dois times lutam pela outra vaga direta na elite: Juventude e Vila Nova-GO. A situação é mais favorável para o time gaúcho, que aparece no segundo lugar com 68 pontos. O Juventude joga em casa contra o Botafogo de Ribeirão Preto, às 16h30, no Alfredo Jaconi. O adversário apenas cumpre tabela na Série B. Logo, se o Juventude vencer conquista o acesso. Vale lembrar que o Juventude ainda pode tirar o título do Novorizontino. Para isso, precisa vencer o Botafogo e torcer para o líder perder para o Criciúma.

O Vila Nova-GO é o terceiro colocado na tabela com 66 pontos e visita o Fortaleza, às 16h30, no Castelão. O time goiano chegou a liderar a Série B. Mas para subir de maneira direta terá que vencer o Leão do Pici e torcer para o Juventude não derrotar o Botafogo-SP.

De qualquer modo, Juventude e Vila Nova já estão garantidos nos playoffs. Esse ano, a Série B teve uma mudança importante no formato. Depois da conclusão da 38ª rodada, os times que terminarem entre o terceiro e o sexto lugares formarão dois confrontos de mata-mata, os playoffs, que definirão as outras duas vagas na elite. Ou seja, mais emoção na reta final da Série B. Criciúma e Fortaleza, ambos com 62 pontos, já estão classificados nos playoffs. Mas enfrentam times que estão nas primeiras colocações nesta última rodada.

NÚMERO
66
O Novorizontino tem o **melhor ataque da Série B** do Brasileiro com 66 gols

Três times lutam pela última vaga no G-6. CRB, Goiás e Atlético-GO, todos com 58 pontos. O CRB é o sexto colocado porque tem vantagem nos critérios de desempate dos concorrentes. O time nordestino tem o mesmo número de vitórias do Goiás, ambos com 17, mas tem saldo bem melhor: 6 positivos contra dois negativos. Neste sábado, recebe o ameaçado Ceará, às 16h30. Ou seja, se vencer avança aos playoffs. A menos que o Goiás consiga uma vitória por uma goleada gigantesca no mesmo horário contra o Sport fora de casa. De qualquer modo, o Esmeraldino busca o resultado positivo como visitante e torce para o Ceará na rodada.

O Atlético-GO tem duas vitórias a menos que CRB e Goiás. Logo, precisa vencer o Cuiabá em casa e torcer para ambos os concorrentes não vencerem na rodada.

Rebaixamento

Dos três times que lutam pela última vaga no G-6, em tese, o CRB é quem tem o jogo mais complicado. Isso porque o Ceará precisa pontuar na rodada para evitar o rebaixamento. O Vozão aparece no 16º lugar com 43 pontos, três de vantagem para o Avaí, que é o 17º com 40. O time catarinense joga em casa contra o rebaixamento América-MG na ressacada. Uma vitória do Avaí e uma derrota do Ceará salva o time catarinense e rebaixa os nordestinos. Logo, o Ceará precisa de mais um pontinho para se manter na Série B.

Além do América-MG, Londrina e Ponte Preta também foram rebaixados de maneira antecipada.

Primeiro finalista da Série Ouro será definido neste sábado

Marreco e Umuarama fazem o jogo de volta das semifinais neste sábado, no Arrudão

Da redação
Cascavel

● Restam apenas quatro partidas para o fim do Campeonato Paranaense da Série Ouro. Neste sábado (14), será definido o primeiro finalista da edição deste ano. Marreco de Francisco Beltrão e Umuarama fazem a partida de volta das semifinais, às 19 horas, no ginásio Arrudão. No jogo de ida, no último sábado, em Umuarama, os dois times empataram em 4 a 4. Com isso, quem vencer será o primeiro finalista. Em caso de um novo empate, a definição da vaga para a final irá para a prorrogação. Persistindo a igualdade, a decisão irá para os pênaltis.

O Marreco tenta chegar pela terceira vez numa final da Série Ouro e luta pelo título inédito. A equipe foi vice-campeã em duas ocasiões, em 2017 e 2018. Para chegar nas semifinais, o Marreco foi o segundo colocado na fase classificatória e garantiu uma vaga direta para as quartas de final. Nesta etapa do Estadual, despachou o Cascavel Futsal com um empate em 2 a 2 na Neva e uma vitória por 3 a 1 no Arrudão. Em 16 jogos na Série Ouro, o Marreco teve onze vitórias, três empates e duas derrotas.

O bicampeão Umuarama tenta chegar em sua oitava final. Na fase classificatória, o representante do noroeste do Estado foi do sexto colocado. Na segunda fase, passou pelo Guarapuava. E eliminou o Campo Mourão nas quartas de final. Em 18 jogos na competição, o Umuarama conquistou oito vitórias, cinco empates e sofreu cinco derrotas.

HORÁRIO
19H
Marreco e Umuarama **jogam às 19 horas no Arrudão**


O Marreco empatou o jogo de ida em 4 a 4 Bruno Cagnini

A definição do segundo finalista será apenas no dia 22 de novembro quando o Pato Futsal recebe o Dois Vizinhos, na Arena Cláudio Petrycoski. Isso porque o atual campeão paranaense está envolvido na Copa Intercontinental de Clubes, que será realizada em Pato Branco. O Pato estreia na competição neste sábado e recebe o Al-Ula da Arábia Saudita. O jogo será às 21 horas.

Liga Nacional

As semifinais da Liga Nacional serão abertas neste sábado com os dois jogos. Às 16 horas, Magnus Sorocaba e Atlântico de Erechim se enfrentam na Arena Sorocaba. Na fase anterior, o Atlântico levou a melhor no duelo gaúcho contra o Carlos Barbosa. Já o Magnus passou pelo Corinthians no confronto entre paulistas.

A outra semifinal será o clássico catarinense entre Jaraguá e Joinville. O jogo de ida será às 19 horas, na Arena Jaraguá. Nas quartas, o Joinville despachou o Campo Mourão e tem a melhor campanha da Liga. Já o Jaraguá precisou da prorrogação para eliminar o Praia Clube.

Corrida Cascavel Run 75 anos será neste sábado

Da redação
Cascavel

● Uma tradição começa a tomar forma. A Prefeitura de Cascavel, por meio da Secretaria de Esporte e Lazer, realiza neste sábado (14) a segunda edição da corrida de aniversário do município, a Cascavel Run, que celebra os 75 anos da cidade e será a maior da história com 6 mil corredores.

No ano passado a corrida teve 2,5 mil atletas e em um ano o número de atletas e entusiastas mais que dobrou. Uma dessas corredoras é Letícia Danielski, que vai correr 14 km e aprova a modalidade. "Acho muito importante incentivar o esporte e essa ação que ajuda os animais também é bem legal", avalia. Fernanda Coleratto vai correr 3 km em família, com o filho o esposo. "É uma prova muito legal. Ano passado não consegui, mas agora deu certo", conta.

Salete da Silva também está animada pela corrida de sábado. "Acho maravilhoso, porque é uma oportunidade de interação entre as pessoas. É um incentivo ao esporte. É uma forma de falar 'parabéns, Cascavel'".

Percursos

Com largada na Praça da Bíblia, a Cascavel Run terá percursos de 3 km, 7,5 km e 14 km, todos com trajetos pela Avenida Brasil. No caso dos três quilômetros, opção para iniciantes e caminhada, com trajeto curto e plano. Os participantes seguem pela pista sul da Avenida Brasil, passando pelas ruas Marechal Deodoro, Rio Branco, Pio XII, Osvaldo Cruz, Salgado Filho, Presidente Bernardes e Marechal Cândido Rondon. O retorno ocorre próximo à Rua Guarapuava, pela pista norte da avenida, no sentido contrário.



Esta é a segunda edição da prova Secom

Nos 7,5 km, o percurso segue pelo mesmo trajeto inicial, pela Avenida Brasil, passando pelas regiões das ruas Salgado Filho, Osvaldo Cruz e General Osório, seguindo em direção à Rua Barão do Cerro Azul. Após aproximadamente 3,75 km de ida, os corredores retornam pelo mesmo percurso até a chegada.

E o percurso de 14 km utiliza o mesmo trajeto da prova de 7,5 km, mas amplia o trecho de ida, avançando pela Avenida Brasil em direção à Avenida Rocha Pombo. Após aproximadamente 7 km, os participantes fazem o retorno e percorrem o mesmo caminho até a chegada.



Luciano Neves/GP

PARANAENSE E SUL-BRASILEIRO

Fim de semana de motocross em Cascavel

●O fim de semana será de muito motocross na pista que fica no Autódromo Internacional Zilmar Beux, em Cascavel. Isso porque será realizada a penúltima etapa do Campeonato Paranaense e etapa do Campeonato Sul-Brasileiro de Motocross. As provas serão válidas tanto pela competição estadual quanto para a competição interestadual. Ao todo, cerca de 300 pilotos participam desta etapa, que terá provas neste sábado (14) e no domingo (15). Inclusive, amanhã, ocorre a solenidade de abertura oficial do evento. O motocross é uma modalidade esportiva que reúne famílias inteiras e competidores de idades variadas. "São pilotos envolvidos em categorias distintas. No caso do motocross, tem pilotos que participam de provas de motovelocidade e também do velocross, que é semelhante ao motocross, porém, sem os saltos e a pista não tem os obstáculos", explicou Deise Goulart, que faz parte da AMX, organizadora do evento, e que atua na Federação Paranaense de Motociclismo (FPM).


Divulgação

BRASILEIRÃO

Mirassol e Galo se enfrentam neste sábado

●O Campeonato Brasileiro não teve rodada regular esta semana por conta da Data Fifa. Mas a competição terá um jogo isolado neste sábado (14), que abre a 35ª rodada. Mirassol e Atlético-MG jogam às 18h30, no Maião. Isso porque, no próximo sábado (21), o Galo entra em campo para a final da Copa Sul-Americana contra o Boca Juniors. Logo, terá uma semana para se preparar para a partida decisiva. Esta rodada terá sequência na próxima semana, com jogos na quarta-feira (18) e na quinta (19). Em termos de tabela, o jogo tem um peso para as duas equipes. No caso do Atlético, o clube perdeu a chance de se garantir pelo menos na pré-Libertadores ao ser eliminado pelo Grêmio na semifinal da Copa do Brasil. Mas pode conseguir uma vaga na fase de grupos da competição continental se for campeão da Sul-Americana. De qualquer modo, o Galo quer se garantir no G-6 do Brasileirão. O Atlético-MG é o sétimo colocado com 50 pontos, três a menos que o Bahia que é o sexto colocado. O Mirassol é o 14º com 40 pontos e tenta se afastar ainda mais da zona do rebaixamento.


Victoria Sellares

SÉRIE B

Fantasma se despede com vitória fora de casa

●O Operário de Ponta Grossa encerrou a participação na Série B do Campeonato Brasileiro na última quinta-feira com a vitória por 2 a 0 sobre a lanterninha Ponte Preta. Com isso, o Fantasma subiu uma posição e ocupa o nono lugar com 57 pontos. Pode ser ultrapassado pelo Sport, que joga contra o Goiás neste sábado. De qualquer modo, o Operário termina a Série B no meio da tabela. Em 38 partidas, foram 16 vitórias, nove empates e treze derrotas. O ataque marcou 51 gols, o quarto melhor da Série B até agora. E a defesa sofreu 50 gols. O Fantasma agora volta as atenções para a defesa do título do Campeonato Paranaense no início do ano que vem. Esta semana, o clube comunicou o encerramento do vínculo contratual com o atleta Índio, que não terá seu contrato renovado para a próxima temporada. Com uma trajetória de anos vestindo a camisa alvinegra, o jogador e ídolo do clube deixa a equipe como o atleta com mais partidas disputadas desde a profissionalização do futebol do Fantasma.

Publicidade Legal

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL SIMPLIFICADA

Transportadora FG Ltda, CNPJ: 21.295.038/0001-09, torna público que irá requerer a Renovação de Licença Simplificada RLAS ao Instituto Água e Terra - IAT para transporte rodoviário de produtos perigosos, implantado na Avenida Presidente Wenceslau Braz, nº 2221, bairro Lindóia, Curitiba/PR, CEP: 81.010-001.

SÚMULA DE RECEBIMENTO DA RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

Auto Posto Minério Ltda, CNPJ 72.313.042/0001-93, torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA, a Renovação da Licença de Operação válida até 30/04/2027, para a atividade de comércio varejista de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores, instalada na Rua Padre João Wislinski, nº 493, bairro Santa Cândida, Curitiba/PR, CEP 82.630-010.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

Auto Posto Minério Ltda, CNPJ 72.313.042/0001-93, torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA, a Renovação da Licença de Operação sob à RLO 26000015 para a atividade de comércio varejista de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores instalada na Rua Padre João Wislinski, nº 493, bairro Santa Cândida, Curitiba/PR, CEP 82.630-010.

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

L.T. Nichele Comércio de Combustíveis Ltda, CNPJ: 19.951.933/0007-88, torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Curitiba - SMMA, a Renovação da Licença de Operação para a atividade de comércio varejista de combustíveis e lubrificantes para veículos automotores, situada à Rua Londrina, nº 447, bairro Pinheirinho, Curitiba/PR, CEP: 81.880-280.

EDITAL DE LEILÃO E NOTIFICAÇÃO

FABIO GONÇALVES BARBOSA, devidamente autoriz. p/ Comitente: **SISPRIME DO BRASIL – COOPERATIVA DE CRÉDITO**, Av. Rio de Janeiro, nº 1758, Centro, Londrina/PR, venderá o bem abaixo em: **1º leilão, dia 29/10/26, das 10h às 14h** e **2º leilão, dia 30/10/26, das 10h às 14h.** P/ cd. lance a partir dos 03 min. finais, serão acresc. 03 min. p/ o término. **Local**: **www.fabiobarbosaleiloes.com.br**. **Bem: Lote 01 -** Área de terras c/ 204,22ha, Fazenda Monte Cristo, Gleba Pontal, Rosana/SP; CRI de Rosana/SP, nº 4915. **Avaliação**: R$ 9.804.922,58. **Valor no 1º leilão**: R$ R$ 9.804.922,58 **Valor mín. 2º Leilão**: R$ R$ 4.902.461,29. **Pgto**.: À vista. Imóvel Ocupado. **Ônus: ExTitEx autos 1001349-57.2025.8.26.0515. Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária. Emitente:** Fernando Hiroiti Kato **Devedores Fiduciante/Avalista e Cônjuge:**: Milton Masayoshi Kato, Marta Emiko Sasaki Kato; Luiz Aparecido Ereno Spontoni e Idineia Aparecida Bigotto Ereno. Quem pretender arrematar, deverá ofertar lance p/ site supra, cadastrando-se até 24h antes do leilão. O comprador pagará no ato do leilão ao Leiloeiro, o valor arrematado, acresc. de 5% de comissão do Leiloeiro e assumirá os encargos decorrentes da aquisição/transmissão/averb. de eventuais benfs. que não estejam averbadas no CRI, bem como débitos de IPTU/ITBI/condomínio/água/luz e outros que recaiam sobre o bem, **a partir da arrematação.** Negativo o leilão, fica autoriz. venda direta p/ prazo de 30 dias nas mesmas condições do 2º leilão, p/ site supra. Inform.: Site supra e tel. (44) 99700-6030. Em, 05/10/26.

Fabio Gonçalves Barbosa – Leiloeiro Oficial

Ilmo. Sr (a) CLEITON ROBERTO DAVILA GAVAZZONI E

ENDEREÇO R. CONCEIÇÃO MOREIRA DESPRINDA N. 147
CASCAVEL – Paraná.
Nesta

Notificação Extrajudicial

JAIR FRASSON, brasileiro, contador, portador da RG n. 751190/MT, inscrito no CPF sob n. 283375579-15 e sua esposa **CELINA PAZINATTO FRASSON**, brasileira, do lar, portadora da RG n. 2.120.302-5 PR e inscrita no CPF 593053041-68 residentes e domiciliados na cidade de SORRISO-MT, representados por seu procurador constituído na procuração lavrada em 06.08.2015, Livro 798-P, folha 099/100, do 1º Tabelionato de notas de Cascavel – PR, Jeri Ricardo Pazzinatto, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob n. 823.928.979-72, com endereço na cidade de Cascavel,, residente na cidade de Cascavel – PR, servem-se da presente missiva notificatória para lhe dar ciência do que segue.

Pela presente e na melhor forma de direito, notificamos Vossa Senhoria para, no prazo de 30 dias, contados do recebimento desta, efetuar o pagamento das parcelas vencidas referentes ao documento firmado com os notificantes, referente a compra do **lote 22 (VINTE E DOIS)** da **quadra 03 (TRÊS)** do loteamento **CAMPO BELO**

Constatamos que Vossa Senhoria está inadimplente em relação as parcelas de número 51 vencida em **11/01/2016** até a parcela número **120** vencida em **11/10/2021** em cujo o montante serão acrescidos juros legais.

Desta forma, tem a presente, o intuito de constituir Vossa Senhoria em mora, e lhe conceder o prazo de 30 dias para quitação do valor devido, relativamente às parcelas em aberto.

Advertimos que no caso de Vossa Senhoria não efetuar o pagamento no prazo acima assinalado (30 dias), ficará constituída em mora, considerando-se rescindido o contrato de pleno direito nos termos do art. 32 da Lei n. 6.766/79, facultado aos notificantes pleitearem as medidas judiciais que entender cabíveis ao caso.

Cascavel, 21 DE SETEMBRO DE 2026

Jair Frasson/Celina PazzinattoFrasson
p.p. Jeri Ricardo Pazzinatto

GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUEDAS DO IGUAÇU-PR
(46) 3532-8200 CNPJ:76.205.962/0001-49
GESTÃO 2025-2028
O Futuro é o nosso Presente

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 060/2026/PMQI
EXCLUSIVA PARA MEI/ME/EPP

OBJETO: BUSCA A PROPOSTA MAIS VANTAJOSA PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS ESPORTIVOS NOVOS, DE PRIMEIRO USO E DE QUALIDADE ADEQUADA, DESTINADOS ÀS ATIVIDADES E AOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELO DEPARTAMENTO DE ESPORTES DO MUNICÍPIO DE QUEDAS DO IGUAÇU – PR,

TIPO DE AVALIAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM.
MODO DE DISPUTA: "ABERTO" (Inciso I do art. 56 da Lei Federal nº 14.133/2021).

1.2. Início do recebimento das propostas a partir das08:00. horas do dia 17 de novembro de 2026.
1.3. O recebimento das propostas será até às 07:59 horas do dia 30 de novembro de 2026.
1.4. A abertura das propostas terá início às 08:0 horas do dia 30 de novembro de 2026.
1.5. A sessão de disputa dos preços terá início às 09:00 horas do dia 30 de novembro de 2026.
1.6. O local para realização dos atos relativos a esta licitação será no Sistema da Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br) "Acesso ao Sistema BNC".

AUTORIZAÇÃO: RAFAEL CIRYLLO CHIAPETTI ALVES DE MOURA - Prefeito Municipal.

INFORMAÇÕES E OBTENÇÃO DO EDITAL E SEUS ANEXOS: O caderno de instruções para esta licitação está disponível aos interessados no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP (www.gov.br/pncp/), no Sistema de Licitações da Bolsa Nacional de Compras – BNC (www.bnc.org.br), no Portal do Município de Quedas do Iguaçu, Estado do Paraná (www.quedasdoiguacu.pr.gov.br).

Quedas do Iguaçu, 13 de novembro de 2026.

RAFAEL CIRYLLO CHIAPETTI ALVES DE MOURA
Prefeito de Quedas do Iguaçu/Pr.

Rua Juazeiro, 1065 - Centro – Fone: (46) 3532-8555 - Cep: 85.460-000 - Quedas do Iguaçu - Estado do Paraná
Web Site: www.quedasdoiguacu.pr.gov.br

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU
ESTADO DO PARANA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 8/2026–PMSI
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 123/2026

A Prefeitura do Município de Saudade do Iguaçu, torna público que realizará licitação, na modalidade de **CONCORRÊNCIA PÚBLICA**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, tendo por objeto a contratação de empresa especializada para construção de 01 (uma) pista de skate no Parque do Lago Municipal de Saudade do Iguaçu – PR.
RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS: Até às 8h do dia 2 de dezembro de 2026.
ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: 8h01 do dia 2 de dezembro de 2026.
INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 8h30 do dia 2 de dezembro de 2026.
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: **MENOR PREÇO GLOBAL**
MODO DE DISPUTA: Aberto
VALOR ESTIMADO PARA A LICITAÇÃO: R$ 273.788,98 (Duzentos e setenta e três mil, setecentos e oitenta e oito reais e noventa e oito centavos).
LINK PARA REALIZAÇÃO DA SESSÃO DA DISPUTA: https://www.bll.org.br.
REFERÊNCIA DE HORÁRIO: Horário de Brasília/DF.
O EDITAL FICARÁ DISPONÍVEL: No site do Município de Saudade do Iguaçu (https://saudadedoiguacu.pr.gov.br/); **no Setor de Licitações e Contratos da PREFEITURA MUNICIPAL DE SAUDADE DO IGUAÇU, situado à Rua Frei Vito Berscheid, 708 E/OU** no **Portal BLL Compras** (http://www.bll.org.br).
A Pasta Técnica com o inteiro teor do edital e seus respectivos anexos, poderá ser baixada no site da BLL https://www.bll.org.br, no site da prefeitura e ou solicitada através do e-mail: compras@saudadedoiguacu.pr.gov.br
Eventuais esclarecimentos poderão ser fornecidos diretamente na Divisão de Licitações e Contratos, situada na Rua Frei Vito Berscheid, nº 708 - Saudade do Iguaçu - PR, e/ou por meio do Telefone 0800 090 6545 – ramal 212. Saudade do Iguaçu-PR, 13 de novembro de 2026.
ROGÉRIO GALLINA - Prefeito Municipal





PARA COMEÇAR O DIA



Tânia Moreno Camargo
taniamorenocamargo@hotmail.com

Motivação

● "Um motivo é um desejo ardente que impulsiona o ser à ação."

A natureza do ser humano é bastante complexa, e é aí que reside a paixão que sentimos na busca de reconhecimento por nossos feitos. Ao mergulharmos neste mar de complexidades, constatamos a diferença sutil, mas gritante, que separa os vencedores dos vencidos, os campeões dos perdedores, aqueles que se sentem naturalmente felizes dos eternos infelizes.

É ainda uma incógnita o que nos impulsiona a buscarmos a vitória com todas as forças do nosso ser, ou apenas nos acomodarmos numa amarga derrota. Existem os que defendem o brilho pessoal e único de cada um como fator determinante na construção de uma personalidade audaz, outros atribuem à maior ou menor oportunidade ao alcance destes. Entretanto, na maioria dos casos, a motivação nada mais é do que um processo individual, fruto do nosso empenho e coragem, que resulta num destacado crescimento. A nossa evolução nos impulsiona a querermos muito mais do que a monotonia do médio, do trivial e comum.

O desalento em si não chega a ser um defeito de geração, nem tampouco uma característica intrínseca, ele está simplesmente ligado à situação que se vive e à adaptação de cada um, já que não existe algo que transforme alguns em gênios ou que condene outros à preguiça. Nada, nem ninguém determina nosso sucesso ou fracasso, nós



Divulgação

mesmos construímos estes acontecimentos em nossas vidas, isso depende fundamentalmente da dedicação e da qualidade das nossas ações.

Carregamos em nosso interior a alegria de ser e um ímpeto pessoal, isso é um traço único e, portanto, intransferível, o que leva alguns a sufocarem esta força inerente é o que nos intriga. A motivação é um sentimento latente que deve ser movimentado e externado, pois a felicidade de um vencedor não está no troféu e, sim, na sensação forte e inebriante de superação.

Previsão do tempo p/Cascavel

O céu fala. A gente entende
www.climatempo.com.br

14 Sáb — 21° 29° — 1.3mm — Sol com muitas nuvens. Pancadas de chuva à tarde e à noite.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
21° 29°	22° 32°	1.3mm, 61% de chance	64% 87%

Vento	Rajada de vento	Sol	Lua
↙ NE - 8km/h	↙ NE - 37km/h	05:39h às 18:56h	Nova

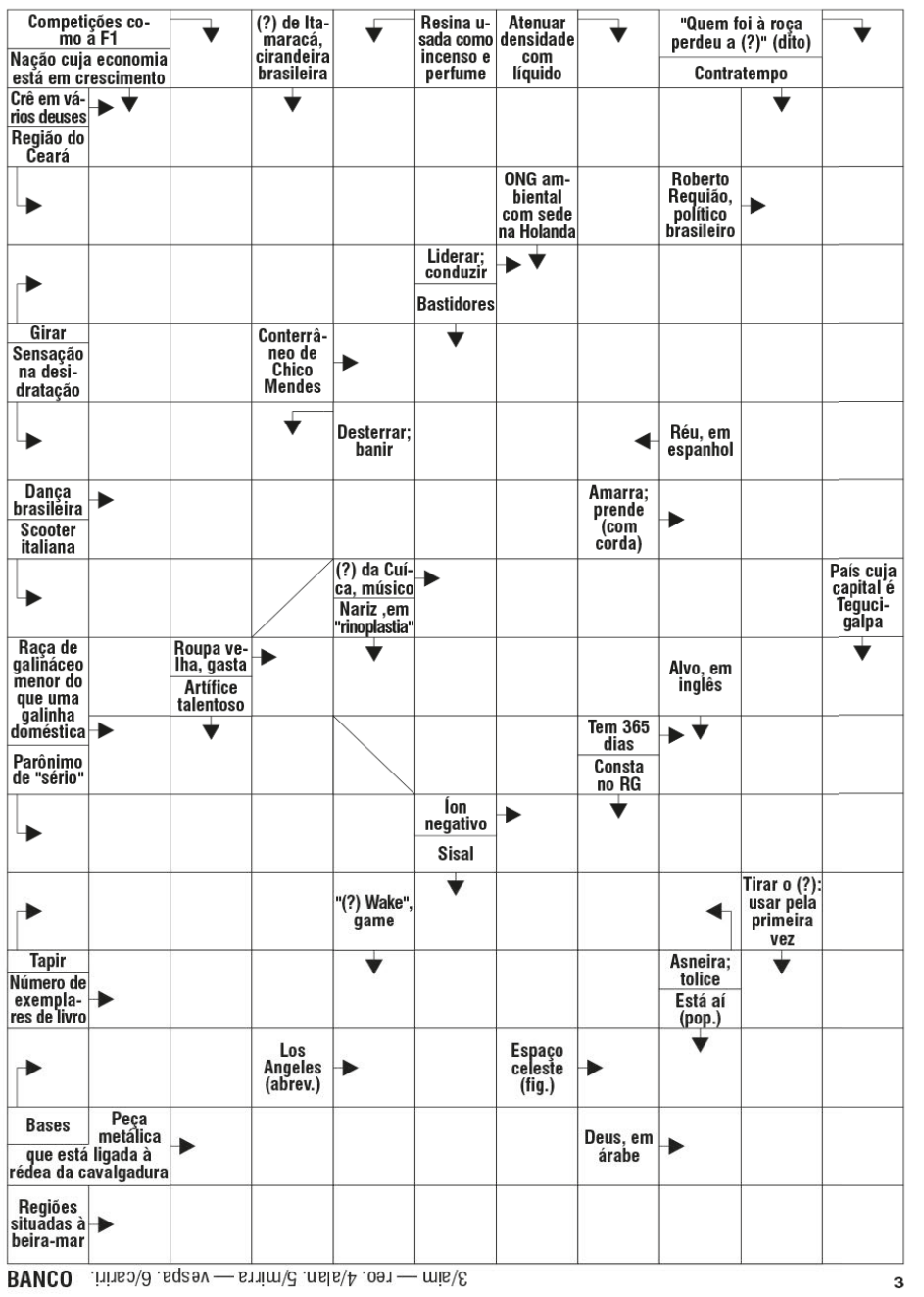
15 Dom — 20° 26° — 10.4mm — Sol com algumas nuvens. Chove rápido durante o dia e à noite.

Madrugada | Manhã | Tarde | Noite

Temperatura	Sensação térmi...	Chuva	Umidade do ar
20° 26°	22° 28°	10.4mm, 89% de chance	75% 93%

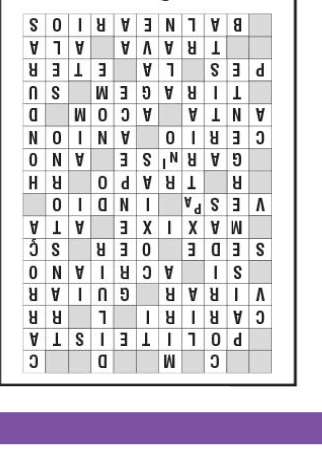
Vento	Rajada de vento	Sol	Lua
↘ WNW - 6km/h	↘ WNW - 26km/h	05:39h às 18:57h	Nova

CRUZADAS



BANCO 3/aim — reo. 4/alan. 5/mirra — vespa. 6/carii.

Solução





EXTINTORES ALIANÇA

Venda, Recargas e Manutenção em Extintores de Incêndio, Mangueiras para Hidrantes, Acessórios para Hidrantes, Luminárias de Emergência. Todos os tipos e modelos de placas Fotoluminescentes, Suportes de solo e demarcações de solo.

Endereço: Rua João Lili Círico, 265 - Coqueiral

CEP: 85.807-540

CASCAVEL- PR

Fone: (45) 3039-0015/3039-0114



GazetadoParaná
o jornal feito para amanhã.

PLASTÍVEL
Indústria de Plásticos Cascavel LTDA
EMBALAGENS
www.plastivel.com.br - email: plastivel@uol.com.br
Sacos, Sacolas, Filmes Técnicos e Embalagens Plásticas Personalizadas
FONE/FAX: (0**45) 3035-4360/3038-4358/9969-4414
BR 277 -km 596 - CASCAVEL - PARANÁ

COMPRE 4
LEVE 5
Modelo: 435/436/285/278 - NOVO
Cada toner por R$ 39,00
5 toners por R$ 195,00*



*Promoção válida ate 28/02/23 ou até o termino do estoque. Para pagamento à vista.

ARTIPRINT
Rua General Osório, 2475.
Parque São Paulo, Cascavel-PR
45 9 9929-2660
45 3096-8200
artiprint.cartuchos.toners

Opinião

CASCAVEL
Rua Fortunato Bebber, 868
Pacaembú
85816-300 – (45)3218-2500
CURITIBA
Rua Capitão Virgínio de Oliveira, 108
Mercês
85851-110 – (41)3338-9191

Gazeta do Paraná
UM GRANDE JORNAL TODOS OS DIAS

DIRETOR DE JORNALISMO
Marcos Formighieri

E-MAILS
editor@gazetaparana.com.br
publico@gazetaparana.com.br
esporte@gazetaparana.com.br
comercial@gazetaparana.com.br

Editora Okavango LTDA
CNPJ 39.583.156/0001-88

FALE CONOSCO
Classificados - (45) 3218-2500
Assinaturas - (45)3218-2500

* *Colunas assinadas e artigos de opinião não refletem, necessariamente, a opinião da* ***Gazeta do Paraná***

Editorial

A democracia das emendas

• A distribuição de recursos públicos por meio de emendas parlamentares deveria representar uma oportunidade de aproximar o orçamento das necessidades da população. Deputados e senadores, conhecedores das demandas de suas regiões, podem contribuir para direcionar investimentos a municípios, hospitais, escolas e entidades sociais. Entretanto, quando o poder de indicar verbas não é acompanhado de mecanismos rigorosos de transparência, a representação democrática corre o risco de se confundir com a administração política de recursos públicos.

O Paraná oferece um exemplo preocupante dessa contradição. Conforme revelou a Gazeta do Paraná, o governo estadual recebeu nota zero no indicador de transparência das emendas parlamentares do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP). A avaliação, divulgada pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil, colocou o Estado entre seis unidades da federação que não atenderam aos requisitos examinados para permitir a rastreabilidade dos recursos. O resultado não comprova desvio ou aplicação irregular de dinheiro público, mas evidencia uma deficiência grave na publicidade das informações.

O contraste chama ainda mais atenção porque o Executivo paranaense alcançou 93,95% na avaliação geral de transparência. Apesar do desempenho elevado, perdeu o Selo Diamante e passou à categoria Ouro. Na divulgação de diárias, outro indicador sensível ao controle dos gastos públicos, atendeu a apenas 44% dos requisitos. O governo contesta a avaliação e sustenta que as informações estão disponíveis em seu Portal da Transparência. A existência de dados publicados, contudo, não elimina a necessidade de apresentá-los de maneira completa, acessível e efetivamente rastreável.

A discussão ganha relevância diante do fortalecimento das emendas parlamentares como instrumento de distribuição orçamentária. No Paraná, uma proposta apresentada na Assembleia Legislativa pretende tornar obrigatória a execução de indicações individuais dos deputados estaduais. Durante o debate, estimou-se que os valores envolvidos poderiam alcançar aproximadamente R$ 1 bilhão. A medida encontra resistência do governador Ratinho Junior, que argumenta que a obrigatoriedade reduziria a capacidade de investimento do Executivo.

Há argumentos legítimos dos dois lados. A execução obrigatória pode reduzir a discricionariedade do governo na liberação das verbas e assegurar tratamento mais uniforme aos parlamentares. Por outro lado, a fragmentação dos recursos entre indicações individuais pode dificultar o planejamento de políticas públicas abrangentes. Nenhum desses modelos dispensa critérios objetivos para definir beneficiários, identificar prioridades e acompanhar resultados.

A questão central não é impedir que representantes eleitos participem da elaboração do orçamento. Essa participação integra o funcionamento democrático. O problema surge quando a destinação dos recursos depende mais da capacidade de articulação política do que de diagnósticos públicos sobre as necessidades da população. Uma emenda destinada a determinado município deve responder a uma demanda verificável, e não funcionar como instrumento de fidelização eleitoral ou recompensa por apoio político.

Para isso, a transparência precisa acompanhar todo o percurso do dinheiro: quem indicou, quanto foi destinado, qual instituição recebeu, quando ocorreu o pagamento e como os recursos foram utilizados. Também é necessário divulgar os resultados alcançados, permitindo avaliar se o investimento cumpriu sua finalidade. Sem essas informações, o cidadão conhece o anúncio da verba, mas não consegue fiscalizar sua aplicação.

O resultado atribuído ao Paraná pelo PNTP deve servir de alerta institucional, independentemente das divergências sobre os critérios da avaliação. Quanto maior o poder de parlamentares e governantes sobre a destinação de recursos, maior deve ser a obrigação de prestar contas. A democracia das emendas não se realiza apenas quando o dinheiro chega às bases eleitorais. Ela exige que a sociedade possa acompanhar, compreender e fiscalizar cada decisão tomada em seu nome.

Por que o Brasil precisa de um Ministério de Ciência de Dados?

Alexander
ANDRADE LEITE

**Advogado especialista em direito tributário, sócio de Ayres Britto Consultoria e Advocacia, com certificação internacional em comércio exterior pela Anderson National College no Canadá e Mestrando em Ciência de Dados pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP*

Um surto de cólera na Inglaterra, as caixas de leite nos Estados Unidos e a isenção fiscal no Brasil.

Um surto devastador de cólera assolava o Soho, em Londres, em 1854. Centenas de mortes numa região específica, sem que ninguém soubesse a causa. A suspeita da época era que a cólera se espalhava em razão de "ares fétidos", na chamada teoria do miasma. Um médico chamado John Snow, então, catalogou onde as mortes estavam ocorrendo, lançou esses dados sobre um mapa de Londres e pesquisou a região em conversas com moradores. O que ele identificou? Que a maioria das pessoas que morreram havia coletado e bebido água de uma bomba d'água específica localizada na Broad Street (atual Broadwick Street). Bastou inutilizar a alavanca da bomba para os casos de cólera diminuírem. O episódio virou a prova mais famosa de que a cólera vinha da água contaminada, e não de impurezas do ar. Até hoje, uma réplica da bomba está lá, em frente ao pub John Snow. Sem a alavanca.

Cinquenta mil crianças eram sequestradas por estranhos a cada ano nos Estados Unidos. Era o que se dizia nos anos 1980. As manchetes de jornal eram aterradoras e o pânico se instalou. Movimentos sociais, audiências no Congresso e famílias apavoradas. Milhões de caixas de leite com rostos de crianças desaparecidas. O número parecia absurdo. E era. Depois de anos de estudo e averiguação, descobriu-se que o número real era centenas de vezes menor (entre 100 e 300 por ano, ordem de grandeza que persiste até hoje). O erro estatístico estava na mistura de categorias. Na mesma conta entravam fugas temporárias de adolescentes, disputas de guarda entre os pais e simples desencontros de horários. A farsa de dados só foi descoberta depois de o governo americano financiar um estudo científico rigoroso sobre o tema conhecido como NISMART (National Incidence Studies of Missing, Abducted, Runway, and Throwaway Children).

No julgamento das ADIns 7.779 e 7.790, o STF declarou inconstitucionais os dispositivos da reforma tributária que restringiam a aplicação da alíquota zero do IBS e da CBS na compra de veículos por pessoas com deficiência intelectual ou transtorno do espectro autista. Para além do debate constitucional-tributário, um ponto do julgamento chamou atenção. O relator, ministro Alexandre de Moraes, disse que existem 12.689 pessoas diagnosticadas com TEA nível 1 no Brasil, segundo dados do Mapa Autismo Brasil. E concluiu que "seguir a Constituição não vai causar nenhum transtorno fiscal porque se todos os autistas de nível 1 pedirem a isenção, seriam 4 mil pessoas por ano". Ocorre que, segundo o Censo 2022 do IBGE, o Brasil tem 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo. De onde, então, saiu o número de 12.689 pessoas utilizado no julgamento? De uma pesquisa realizada por formulário online com 23.632 participantes, dos quais 53,7% se declararam autistas de nível 1. Ou seja, 2,4 milhões viraram 12.689, e uma amostra voluntária virou argumento estatístico.

Essas três pequenas histórias ajudam a entender como é importante poder confiar em dados estatísticos cientificamente tratados para compreender a realidade e, a partir disso, tomar a melhor decisão possível em prol de toda a população. O Brasil já possui inúmeros exemplos bem-sucedidos e mal-sucedidos quanto ao uso de dados, e o momento histórico é de esforço concentrado para que esse uso ganhe escala e eficiência.

Na educação, por exemplo, dado errado provoca a distribuição errada do dinheiro. Uma prefeitura amplia o tempo integral, mas a fórmula do Fundeb não enxerga essas matrículas. Aconteceu em 2021. A Confederação Nacional de Municípios apontou 695 mil matrículas de ensino fundamental em tempo integral não computadas no cálculo dos coeficientes de distribuição (em 1.282 municípios de 24 estados). O FNDE reconheceu divergências na filtragem de matrículas do Censo Escolar e corrigiu os parâmetros. Os dados também desfazem intuições. Ao contrário do que muitos supõem, segundo a OCDE, em 2022, o gasto público por estudante no Brasil foi de US$ 3.872 na educação básica (do fundamental ao médio) e de US$ 3.765 no ensino superior (em dólares por paridade de poder de compra). Praticamente iguais, diferentemente da maioria dos países, e muito abaixo das médias da OCDE (US$ 12.438 e US$ 15.102). A pergunta que importa é quanto cada real compra de aprendizagem em cada etapa, mas ninguém mede isso de forma sistemática no país.

Na saúde, o histórico deveria acompanhar o paciente. O paciente é atendido no posto e, depois, num hospital de outra cidade ele precisa contar tudo de novo. A infraestrutura para evitar isso já existe. A RNDS - Rede Nacional de Dados em Saúde foi criada para que o histórico clínico acompanhe o cidadão entre serviços. O próprio cidadão já pode consultar atendimentos, vacinas e medicamentos no aplicativo "Meu SUS Digital". Mas a integração ainda é parcial. Em auditoria de 2026 sobre o programa Agora Tem Especialistas, o TCU constatou que a RNDS capturou só 6,8% das cirurgias eletivas do SUS em 2024. Os cinco estados com maior volume cirúrgico, que somam 55% da produção, tinham juntos cobertura inferior a 1%. E 17 de 25 estados que responderam à auditoria usam sistemas próprios para regular cirurgias. Ou seja, ainda não há base nacional capaz de medir a fila de cirurgias e dizer se o dinheiro reduziu a espera.

Na segurança pública, o satélite já está no ar. Se um garimpo ilegal abre uma clareira ou uma pista de pouso clandestina aparece na mata, o Brasil MAIS do Ministério da Justiça já é capaz de flagrar a mudança. O programa faz imageamento diário de cerca de 8,5 milhões de km² e emite alertas de alteração no território, que podem ser cruzados com o Cadastro Ambiental Rural, unidades de conservação e terras indígenas. A ferramenta é destinada a profissionais do Sistema Único de Segurança Pública em todas as unidades da federação, e a adesão se faz por ofício. Segundo o ministério, são mais de 710 instituições e 130 mil usuários, com mais de R$ 323 milhões do Fundo Nacional de Segurança Pública destinados ao programa desde 2020. Não há dado público sobre quantas prefeituras utilizam o programa. Em um país com milhares de municípios, o potencial local ainda parece pouco explorado. Falta transformar imagem em rotina de prevenção e medir o resultado.

Na área fiscal, de um lado, no IRPF de 2026, 59,8% das 44,4 milhões de declarações usaram a pré-preenchida, um recorde. Ou seja, cerca de 26 milhões de contribuintes partiram de uma declaração que o próprio Fisco já tinha feito. De outro lado, entretanto, o contencioso tributário brasileiro somava R$ 5,4 trilhões em 2019, 75% do PIB, segundo pesquisa do CNJ. Algo não parece certo. Com a reforma tributária, e com governança e sigilo fiscal, é possível imaginar um futuro menos tortuoso, mas a imaginação só se tornará fato se houver cruzamento e tratamento adequados de base de dados. A alíquota de referência da CBS para 2027, por exemplo, foi definida na semana passada pelo TCU em 11,3% segundo um critério (legal, é verdade) que se assemelha mais a quanto o Estado precisa arrecadar do que a quanto a população deveria pagar.

O Brasil já tem um bom conjunto de normas sobre compartilhamento de dados (lei de simplificação, 13.726/18; lei do governo digital, 14.129/21; decreto 10.046/19) e que apontam para o princípio do "once-only", ou seja, dados já disponíveis ao Governo não precisam ser reapresentados pelo cidadão. Um exemplo bem-sucedido dessa medida é a desnecessidade de o cidadão apresentar certidão de quitação eleitoral ou militar para tirar o passaporte. A Polícia Federal consulta direto as bases do TSE e do Serviço Militar. O Estado já tem esses dados, e o sistema cruza a informação de maneira muito mais segura.

Outra iniciativa louvável já existente no Brasil é o "Conecta GOV.BR", um programa do Governo Federal que integra as bases de dados dos órgãos públicos e oferece serviços aos cidadãos e aos entes públicos mediante essa integração. Há um catálogo de APIs disponíveis para prefeituras e Estados, por exemplo, capazes de gerar resultados concretos mediante interoperabilidade de bases. Segundo cálculos do Conecta, o programa gerou, desde 2020, economia de R$ 17,88 bilhões aos brasileiros e ao Governo num universo de 3,52 bilhões de transações de dados realizadas. O impacto é gigantesco.

Se tudo isso já existe, então por que criar mais um Ministério? Porque, infelizmente, o país ainda caminha a passos lentos nesse processo de digitalização do Governo, e os vários órgãos que detêm dados hoje, por vezes, se negam a compartilhá-los com outras estruturas de Estado. Receita Federal, INSS, IBGE, CGU, Ministério da Fazenda, do Desenvolvimento e Assistência Social, da Saúde, Educação, todos eles precisam de uma estrutura externa com poder legal de requisitar dados, e não apenas de pedi-los. Apenas assim será possível realmente integrar informações capazes de apontar, com fidedignidade, para o gasto público mais eficiente. John Snow tinha um mapa e a disposição de perguntar. O Brasil tem os dados. Falta quem tenha o dever de usá-los.

Política & CIA

Orçamento herdado

A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO PARANÁ começa a discutir um orçamento de R$ 84,6 bilhões para 2027, valor 3,67% superior ao previsto para 2026. A audiência pública está marcada para terça-feira (17), enquanto a votação da proposta deverá ocorrer em dezembro. O detalhe político é que o planejamento financeiro foi elaborado durante a gestão de Ratinho Junior, mas será executado pelo próximo governador, Sergio Moro. Entre receitas projetadas, despesas obrigatórias e investimentos anunciados, o novo governo terá de administrar prioridades definidas antes de assumir o Palácio Iguaçu. A discussão também deve revelar quanto espaço realmente existe para novas promessas e compromissos políticos.

Emendas milionárias

Os deputados estaduais terão a possibilidade de destinar R$ 2 milhões cada a entidades assistenciais e filantrópicas no orçamento de 2027, conforme informações apresentadas pelo deputado Luiz Claudio Romanelli. Os recursos deverão ser divididos entre custeio e investimentos. A prerrogativa reforça o peso político dos parlamentares na distribuição de verbas públicas, especialmente em um período de reorganização das alianças estaduais. Embora as indicações tenham finalidade social, a escolha dos beneficiários também amplia a presença política dos deputados em suas bases eleitorais. Resta acompanhar quais entidades receberão os recursos e quais critérios orientarão a distribuição.

Prazo ampliado

A Assembleia Legislativa prorrogou até 23 de novembro o prazo para apresentação de sugestões populares ao orçamento estadual de 2027. A iniciativa permite que cidadãos e entidades indiquem prioridades para a aplicação dos recursos públicos, mas não assegura que as propostas sejam incorporadas ao texto final. A participação popular, portanto, enfrenta um limite conhecido: a população pode sugerir, enquanto as decisões efetivas permanecem concentradas no Executivo e no Legislativo. A questão é saber quantas contribuições serão efetivamente consideradas antes da votação de dezembro e quantas acabarão apenas engrossando as estatísticas de participação.

Salários esquecidos

Um dado do orçamento participativo estadual ajuda a dimensionar a insatisfação do funcionalismo público. Das aproximadamente 8 mil manifestações recebidas na consulta anterior, cerca de 7,6 mil, equivalentes a 95%, reivindicavam reajuste salarial e recomposição da data-base. A concentração das demandas demonstra que a remuneração continua entre as principais preocupações dos servidores estaduais. O resultado também coloca em perspectiva o discurso oficial de valorização do funcionalismo. Se praticamente todas as manifestações apontam para a mesma reivindicação, a questão deixa de ser a falta de conhecimento sobre o problema e passa a ser a disposição política de enfrentá-lo.

Cargos judiciais

O Tribunal de Justiça do Paraná encaminhou à Assembleia Legislativa o Projeto de Lei 844/2026, que trata da transformação de cargos em comissão e funções comissionadas na estrutura do Judiciário. A proposta chegou à Comissão de Constituição e Justiça, sob relatoria do deputado Romanelli. Alterações administrativas dessa natureza exigem atenção não apenas à quantidade de cargos envolvidos, mas também aos respectivos vencimentos e às possíveis repercussões sobre as despesas de pessoal. O Legislativo terá a responsabilidade de examinar os efeitos concretos da reorganização antes de autorizar mudanças na estrutura do tribunal.

Regras alteradas

Outra proposta apresentada pelo Tribunal de Justiça, o Projeto de Lei 845/2026, pretende modificar dispositivos do regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário paranaense. A matéria está sob relatoria da deputada Mabel Canto na Comissão de Constituição e Justiça. A tramitação simultânea de projetos relacionados à organização administrativa e ao funcionalismo do tribunal chama atenção para as mudanças pretendidas na estrutura institucional. O conteúdo das alterações e seus efeitos sobre direitos, deveres e despesas deverão orientar o debate parlamentar. Afinal, mudanças no regime jurídico dos servidores não podem ser tratadas como simples formalidades administrativas.

Defensoria dividida

A criação de cargos na Defensoria Pública do Paraná provocou divergência na Comissão de Constituição e Justiça da Assembleia. O Projeto de Lei 736/2026 recebeu parecer favorável do deputado Romanelli, enquanto Luiz Fernando Guerra apresentou voto em separado contrário à proposta. A divergência coloca em discussão a ampliação da estrutura de atendimento da instituição e os impactos administrativos e financeiros da medida. A Defensoria exerce papel essencial na garantia de acesso à Justiça para a população que não dispõe de recursos para contratar advogado. O desafio dos parlamentares será avaliar a necessidade de expansão dos serviços sem deixar de examinar os custos envolvidos.

Licitação suspensa

Uma licitação estimada em R$ 249,5 milhões, conduzida pelo Consórcio Caminhos do Tibagi para obras viárias em 12 municípios paranaenses, permanece sob questionamento no Tribunal de Contas do Estado. Em decisão de 11 de novembro, o conselheiro Fabio Camargo determinou novas diligências relacionadas ao procedimento. O Ministério Público de Contas defende a anulação da contratação, mas ainda não houve julgamento definitivo sobre o caso. A dimensão financeira do certame e a divergência entre os órgãos de controle justificam atenção redobrada. Enquanto a situação não for esclarecida, permanece a incerteza sobre o futuro da contratação e a execução das obras previstas.

Cidinha Marcon



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana





AS AMIGAS DE INFÂNCIA embarcando pra viagem anual das amigas ... Marindia Cincollato, Neiva Polina, Carla lima, Ariana lago, Elisete Beux e Deise Daloglio

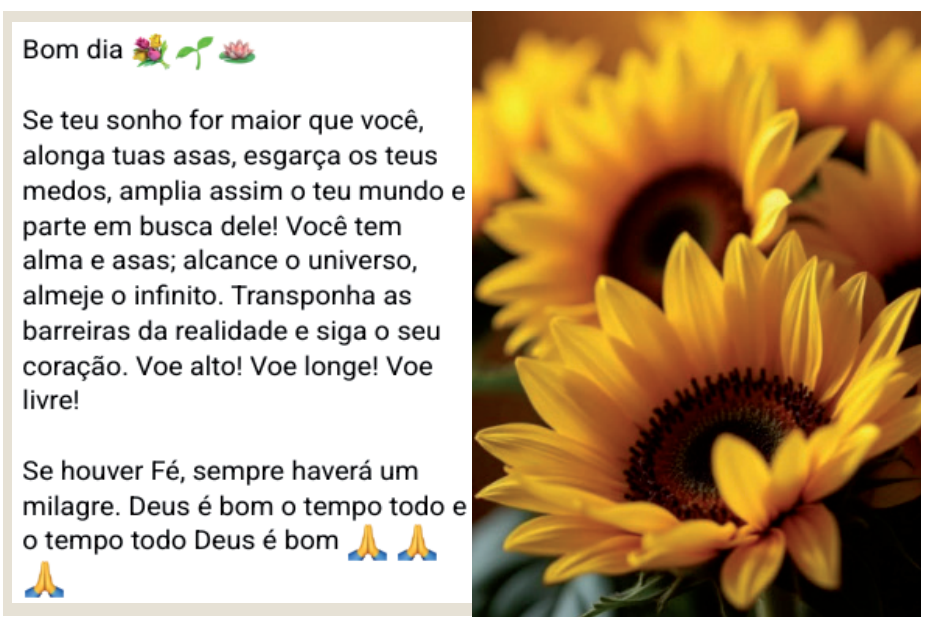


ELADIR DALBOSCO em merecidas férias pelas belas praias de João Pessoa

•Frase

"É difícil descobrir a corrupção. Quando descoberta, é difícil prová-la. Provada, é difícil que o processo não seja anulado. Não anulado, demora mais de década e prescreve. Não prescrito, a pena é baixa e é indultada no Natal. Se sobra alguma pena, e é aplicada a um poderoso, ele adoece e vai para casa". ***(Deltan Dallagnol)***





Charles Garbin



Nos siga nas redes sociais
@gazetaparana @gazetadoparana

pada
@padariagarbin



Saudade Não Tem Idade

Cascavel em formação no fim da década de 1950

O FOTÓGRAFO Peados Hartmann eternizou em imagens muitos momentos da formação de Cascavel. A imagem é do fim da década de 1950 e foi recuperada por Xico Tebaldi. A foto mostra a cidade em seus primórdios, mas já indicava que sua expansão seria rápida.



Peados Hartmann/Acervo Xico Tebaldi

Avenida Luiz Xavier em Curitiba – década de 1930

A fotografia da década de 1930 retrata a vista da Avenida Luiz Xavier, provavelmente a partir do Edifício Moreira Garcez, localizado na esquina com a Rua Voluntários da Pátria. Em destaque na parte superior esquerda da imagem, é possível identificar o então quartel do Regimento de Segurança do Estado, localizado na Travessa Loureiro, entre as ruas da Assembleia e Borges de Macedo (as atuais Cândido Lopes, Dr. Muricy e Ébano Pereira, respectivamente). O quartel foi demolido para a construção da Biblioteca Pública do Paraná, inaugurada em 19 de dezembro de 1954.



Arquivo Público/Prefeitura de Curitiba

Caminhões atolados em Toledo

A imagem faz parte da "Exposição Fragmentos e Vestígios da Nossa História". Caminhões atolados próximo ao Km 41, na década de 1950. Esta imagem impressionante nos transporta a um período quando os caminhões próximos ao Km 41 enfrentavam as adversidades das estradas de terra, que eram comuns na época. O trajeto, fundamental para o transporte de mercadorias e o desenvolvimento da região de Toledo, mostrava os desafios enfrentados pelos motoristas e trabalhadores que desbravavam as estradas em meio às chuvas e à lama.



Museu Histórico Willy Barth

Pose para a foto no caminhão carregado

Foto feita no ano de 1974 na cidade de Missal. O caminhão F600 transporta toras de canafístula. Na imagem estão Danilo Kirst, Nelson Treter, Jacinto Iunkes e Armindo Treter.



Sérgio Kister/Medianeira Histórica

AGRO

Inadimplência rural Banco afirma que atrasos se concentram em médios e grandes produtores do Centro-Oeste; carteira agro pressiona resultados e leva instituição a rever projeção de lucro do banco para 2026

Banco do Brasil atribui alta da inadimplência no agro à **resistência de produtores**

Inadimplência de médios e grandes produtores pressiona o Banco do Brasil, que reforçou cobranças e reduziu a previsão de lucro para 2026

Cascavel
DA REDAÇÃO



BB aponta recusa de produtores em renegociar dívidas e amplia cobrança no agro Divulgação

A RESISTÊNCIA de parte dos médios e grandes produtores rurais em pagar ou renegociar dívidas tem agravado a inadimplência na carteira de agronegócios do Banco do Brasil. A avaliação foi apresentada pela presidenta da instituição, Tarciana Medeiros, nesta quinta-feira (12), durante teleconferência sobre os resultados do terceiro trimestre de 2026.

Segundo a executiva, mesmo com a oferta de programas de renegociação e condições facilitadas, alguns produtores não quitaram os débitos, não procuraram o banco para repactuar as operações e se recusaram a apresentar novas garantias.

"Não contávamos com a persistência e intencionalidade do risco moral", afirmou Tarciana.

O vice-presidente de Agronegócios do BB, Gilson Bittencourt, também apontou que parte dos devedores pode estar adiando a negociação na expectativa de conseguir condições mais vantajosas no futuro.

De acordo com a direção do banco, os atrasos estão concentrados principalmente entre produtores de médio e grande porte do Centro-Oeste, ligados às atividades de soja, milho e pecuária.

Banco diferencia produtores inadimplentes

Tarciana afirmou que a situação não representa todo o agronegócio. Segundo ela, cerca de 90% dos clientes do setor continuam pagando as operações em dia.

A presidenta destacou que parte dos produtores manteve os compromissos financeiros mesmo diante das dificuldades, enquanto outros deixaram de pagar apesar das colheitas recordes registradas em 2025 e 2026.

"Mesmo com colheitas recordes, parte dos grandes e médios produtores optaram por não pagar, nem renegociar, e se recusaram a apresentar garantias", declarou.

O banco classifica esse comportamento como risco moral, situação em que o devedor deixa de cumprir uma obrigação na expectativa de conseguir vantagens futuras ou condições melhores de negociação.

A executiva afirmou que a instituição pretende manter o relacionamento com os clientes que procuram alternativas para regularizar as operações. Para aqueles que não pagam nem negociam, a estratégia será intensificar a cobrança.

"Para quem não negocia e não paga, o instrumento é a cobrança", afirmou.

Inadimplência

A deterioração da carteira de agronegócios teve impacto no balanço do Banco do Brasil. No terceiro trimestre de 2026, a instituição registrou lucro líquido ajustado de R$ 1,27 bilhão, queda de 66,5% em relação ao mesmo período de 2025.

O custo do crédito chegou a R$ 21,2 bilhões entre julho e setembro. Nos primeiros nove meses do ano, o indicador somou R$ 58,6 bilhões, alta de 33,2% na comparação anual.

Os dados da carteira agro também mostram o avanço dos atrasos. Em setembro, a inadimplência acima de 90 dias alcançou 6,92%, ante 4,84% no mesmo mês de 2025. Já o percentual de operações com atrasos superiores a 30 dias chegou a 10,10%.

Em outubro, o índice de pontualização, que mede o pagamento das parcelas na data prevista, ficou em 66%.

Diante dos resultados, o banco reduziu a projeção de lucro líquido ajustado para 2026. A estimativa anterior, de R$ 18 bilhões a R$ 22 bilhões, passou para uma faixa entre R$ 9 bilhões e R$ 11 bilhões.

Renegociação de dívidas

O Banco do Brasil identificou sinais de deterioração nos pagamentos do agronegócio ainda no primeiro trimestre de 2025. Naquele momento, suspendeu a divulgação de projeções financeiras diante das incertezas sobre o comportamento da carteira.

Desde então, a instituição ampliou as ações de cobrança, aumentou as exigências de garantias e intensificou as iniciativas para renegociar débitos.

Por meio da Medida Provisória 1.376/2026, foram renegociados R$ 13,4 bilhões em dívidas do agronegócio. Apesar do volume, a adesão ficou abaixo do esperado pelo banco. Segundo a instituição, apenas 15% dos clientes inadimplentes aceitaram as condições oferecidas.

Entre as medidas adotadas para reduzir os riscos estão o reforço da cobrança, a ampliação das garantias exigidas em novas operações e a intensificação de ações judiciais contra devedores. O banco também informou que tem transferido carteiras com perdas para empresas especializadas na recuperação de crédito e utilizado inteligência artificial para aprimorar a avaliação da capacidade de pagamento dos produtores.

Outra mudança envolve as garantias da safra. Segundo Tarciana, 80% da produção de 2026/2027 já conta com alienação fiduciária, mecanismo que mantém a propriedade do bem vinculada ao credor até a quitação da dívida.

Banco prepara mudanças

Além da inadimplência, o Banco do Brasil enfrenta desafios para recompor o capital e recuperar a rentabilidade. O índice de capital principal encerrou o terceiro trimestre um pouco abaixo de 11%. Embora esteja acima do mínimo exigido pela regulamentação, o indicador permanece inferior ao patamar considerado adequado pela administração.

"Hoje, o nosso foco é recuperar a rentabilidade do Banco do Brasil. A nossa gestão tem um compromisso: colocar a sustentabilidade do banco em primeiro lugar, mesmo quando isso exige decisões difíceis no curto prazo", afirmou Tarciana.

Além da inadimplência, o Banco do Brasil enfrenta desafios para recompor o capital e recuperar a rentabilidade. O índice de capital principal encerrou o terceiro trimestre um pouco abaixo de 11%

Para 2027, a instituição prepara mais de 15 medidas para reforçar sua estrutura de capital. Entre elas está a redução do percentual de distribuição de dividendos, anunciada na quarta-feira (11), que permitirá ao banco reter uma parcela maior dos resultados.

O vice-presidente de Gestão Financeira e de Relações com Investidores, Marco Geovanne Tobias da Silva, afirmou que a expectativa é de acomodação da inadimplência e recuperação gradual dos resultados. Ele também sinalizou uma redução maior na concessão de crédito ao agronegócio, segmento que concentra parte das dificuldades da instituição e apresenta menor margem de retorno.

Financiando o agronegócio

Apesar do cenário de inadimplência, Tarciana afirmou que o banco não pretende deixar de financiar o setor rural. A estratégia será aprmorar a análise de risco e diferenciar os produtores que enfrentam dificuldades financeiras daqueles que, na avaliação da instituição, têm condições de pagar, mas não regularizam as operações.

A presidenta também ressaltou a relação histórica do Banco do Brasil com o agronegócio e disse que a instituição continuará atendendo produtores com os quais mantém vínculos de longa data.

"Vamos continuar emprestando para o nosso cliente agro que é parceiro de uma vida inteira. Há clientes que estão conosco há várias gerações", declarou.

Em nota, o Banco do Brasil afirmou que não atribui ao conjunto do agronegócio a responsabilidade pela queda dos resultados. A instituição reiterou que 90% dos clientes da carteira do setor estão com os pagamentos em dia e que os atrasos se concentram em um grupo de médios e grandes produtores, principalmente das atividades de soja, milho e pecuária na região Centro-Oeste. O banco também reafirmou a confiança no agronegócio e o compromisso de continuar financiando o setor.

DÍVIDAS DO AGRO

Números do Banco do Brasil

- **R$ 1,27 bilhão:** lucro líquido ajustado no terceiro trimestre de 2026
- **66,5%:** queda do lucro na comparação com o mesmo período de 2025
- **6,92%:** inadimplência acima de 90 dias na carteira agro em setembro
- **R$ 13,4 bilhões:** volume de dívidas renegociadas por meio da MP nº 1.376/2026
- **15%:** percentual de clientes inadimplentes que aderiram às condições oferecidas
- **R$ 9 bilhões a R$ 11 bilhões:** nova projeção de lucro líquido ajustado para 2026

AGRO

Produtividade A atividade gera impactos diretos e indiretos para mais de 290 mil pessoas no Paraná, envolvendo produtores, comerciantes, trabalhadores e profissionais de diferentes setores

Ceasa do Paraná celebra 50 anos com movimentação de R$ 6 bilhões por ano



Ceasa do Paraná celebra 50 anos com movimentação de R$ 6 bilhões por ano Roberto Dziura / AEN

Com cinco unidades no Estado, instituição comercializa 1,3 milhão de toneladas de alimentos e atende cerca de 25 mil pessoas por dia

Cascavel
DA REDAÇÃO COM AEN

A CENTRAL de Abastecimento do Paraná (Ceasa-PR) completa 50 anos em 2026 com uma estrutura que movimenta R$ 6 bilhões por ano e comercializa aproximadamente 1,3 milhão de toneladas de produtos. Presente em Curitiba, Londrina, Maringá, Cascavel e Foz do Iguaçu, a instituição conecta produtores rurais, comerciantes e consumidores e tem papel importante na distribuição de alimentos no Estado.

Para marcar o cinquentenário, a Ceasa lança na próxima terça-feira (17) o Livro Comemorativo do Jubileu de Ouro. A publicação resgata a trajetória da instituição e sua contribuição para o abastecimento alimentar e o desenvolvimento da cadeia produtiva paranaense.

Atualmente, cerca de 25 mil pessoas circulam diariamente pelas cinco unidades. A atividade gera impactos diretos e indiretos para mais de 290 mil pessoas no Paraná, envolvendo produtores, comerciantes, trabalhadores e profissionais de diferentes setores.

Para o diretor-presidente da Ceasa-PR, João Luiz Buso, a data representa o reconhecimento de uma estrutura fundamental para a produção e a distribuição de alimentos.

"É um privilégio podermos fazer parte desta história. O Paraná se destaca na produção de alimentos de qualidade em que cada produtor é valorizado, porque são eles, os homens do campo, que fazem com que o Estado seja reconhecido como um dos maiores fornecedores de alimentos do mundo. Nós continuamos avançando e crescendo sempre", afirmou.

O secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Natalino Avance de Souza, destacou o trabalho diário dos produtores e dos profissionais que mantêm as centrais em funcionamento.

"Todos os dias, antes do sol nascer, caminhões chegam carregados de produtos na central. São produtores que saem de casa cedo, muitos vindo de locais distantes, e nós temos o compromisso e a responsabilidade de prestar um serviço de qualidade e respeito para com esses profissionais", disse.

Trajetória

A história da Ceasa-PR começou em um período de mudanças na distribuição de alimentos no Brasil. A instituição foi constituída oficialmente em fevereiro de 1972, diante da necessidade de modernizar o comércio de produtos hortifrutigranjeiros e atender ao crescimento dos centros urbanos.

A primeira unidade atacadista do Paraná começou a funcionar provisoriamente em maio de 1972, em Maringá. Em Curitiba, a central foi inaugurada em 8 de agosto de 1976, no bairro Tatuquara, marco da implantação de uma estrutura planejada para atender à Capital e à Região Metropolitana.

Além da comercialização, a Ceasa-PR desenvolve iniciativas ambientais e sociais. Um dos reconhecimentos citados pela instituição é a certificação internacional ISO 14001, concedida às cinco unidades

A expansão continuou nos anos seguintes. Foz do Iguaçu recebeu uma unidade em 1978, Cascavel em 1979 e Londrina em 1982. Em 1986, Maringá também passou a contar com uma estrutura definitiva.

Em 1990, a Ceasa-PR foi estadualizada e passou à administração do Governo do Paraná. Desde então, ampliou sua atuação para além da organização do comércio atacadista, incorporando ações sociais e iniciativas de apoio ao abastecimento alimentar.

Mais de 7 mil produtores cadastrados

Atualmente, 7.211 agricultores estão cadastrados e comercializam diretamente nas centrais, sem intermediários. Curitiba concentra a maior parte dos produtores, com 5.165 cadastros. Londrina tem 1.478, Maringá conta com 547, Foz do Iguaçu registra 20 e Cascavel tem um produtor cadastrado.

A estrutura também reúne 691 empresas permissionárias, responsáveis por diferentes atividades de comercialização e distribuição. Curitiba concentra 427 empresas, seguida por Londrina, com 114; Maringá, com 72; Foz do Iguaçu, com 60; e Cascavel, com 18.

Para a direção da instituição, a presença nas cinco regiões permite integrar diferentes etapas da cadeia de alimentos e ampliar o acesso dos produtores ao mercado consumidor.

Sustentabilidade

Além da comercialização, a Ceasa-PR desenvolve iniciativas ambientais e sociais. Um dos reconhecimentos citados pela instituição é a certificação internacional ISO 14001, concedida às cinco unidades. Segundo a Ceasa, ela é a única central de abastecimento do país com o selo em todas as suas unidades.

Entre as ações ambientais estão a instalação de banheiros ecológicos com cobertura vegetal nas unidades de Curitiba, Foz do Iguaçu e Londrina, a construção de ecopontos para gerenciamento de resíduos e o Programa Ceasa Limpa, voltado à triagem e à destinação adequada de resíduos sólidos.

A instituição também possui o Selo Nós Por Elas, relacionado a boas práticas no enfrentamento à violência contra a mulher.

Na área de segurança alimentar, o Banco de Alimentos Comida Boa reaproveita, em média, 18 mil quilos de hortifrutigranjeiros por dia. São produtos que perderam valor comercial, mas continuam próprios para o consumo.

Os alimentos são destinados a 347 entidades assistenciais em todo o Paraná e beneficiam aproximadamente 158 mil pessoas por mês.

Outra iniciativa é o programa Ceasa Recebe, que promove visitas educativas de estudantes das redes pública e privada às centrais. A proposta é aproximar os alunos da cadeia de produção e comercialização de alimentos, além de abordar temas como alimentação saudável e combate ao desperdício.

Novo Mercado de Flores em Curitiba

Entre os projetos para os próximos anos está a construção do novo Mercado de Flores da Ceasa Curitiba. O empreendimento terá aproximadamente 4,8 mil metros quadrados de área construída e pretende ampliar a capacidade de comercialização do setor de flores e plantas ornamentais.

O projeto é assinado pelo arquiteto paranaense Domingos Henrique Bongestabs, responsável por obras conhecidas de Curitiba, como a Ópera de Arame. A estrutura prevê cobertura metálica e vitrais para favorecer a entrada de luz natural.

A expectativa da direção é fortalecer o setor, ampliar as oportunidades de negócios e contribuir para transformar a região sul da Capital em referência econômica e de sustentabilidade no segmento.

Para João Luiz Buso, o novo espaço também poderá atrair visitantes e impulsionar o turismo na região. "A expectativa é que a estrutura também impulsione o turismo e consolide Curitiba como referência no mercado de flores ornamentais", afirmou.

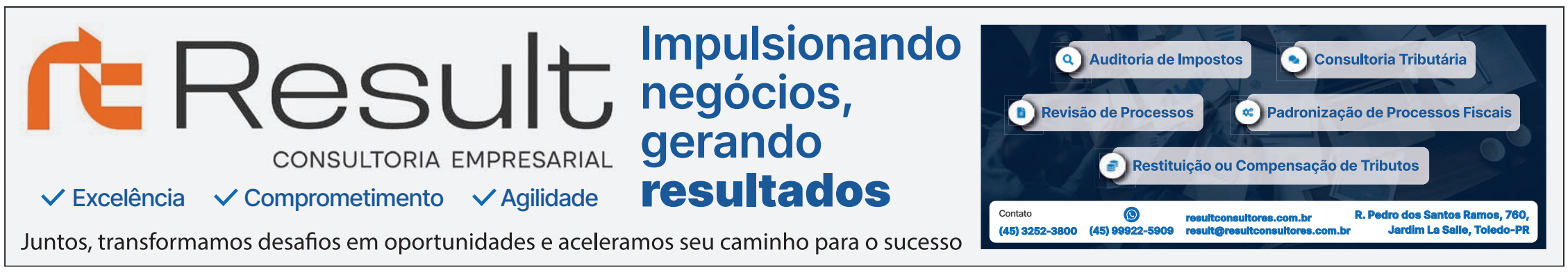
Lançamento do livro comemorativo

O evento de celebração dos 50 anos da Ceasa-PR e lançamento do Livro Comemorativo do Jubileu de Ouro será realizado na próxima terça-feira (17), às 19h, no Restaurante Família Madalosso, em Santa Felicidade, Curitiba.

A cerimônia será voltada a convidados e à imprensa. Os veículos interessados na cobertura não precisam realizar credenciamento prévio. O contato pode ser feito com a Assessoria de Imprensa da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento pelo telefone (41) 99286-4438 ou pelo e-mail imprensa@seab.pr.gov.br.

SERVIÇO

Jubileu de Ouro e lançamento do livro dos 50 anos da Ceasa-PR
Evento:
Data: Terça-feira (17)
Horário: 19h
Local: Restaurante Família Madalosso
Endereço: Avenida Manoel Ribas, 5.875, Santa Felicidade, Curitiba



Mais+

Cultura | Entretenimento | Saúde | Tendências

Memória Inspirado em relatos de moradores e pescadores atingidos pela lama, romance mistura ficção e memória para retratar perdas, identidade cultural e a luta pela reconstrução após o desastre

Romance resgata memórias e impactos do desastre de Mariana 11 anos após tragédia

Livro Onda Cabocla, da escritora Adriana Vieira Lomar, retrata os impactos ambientais e sociais do rompimento da barragem de Fundão, que matou 19 pessoas em 2015

Cascavel
VALÉRIA MENDES



Divulgação/Arquivo

ONZE ANOS APÓS o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), a escritora Adriana Vieira Lomar lançou o romance Onda Cabocla, obra que aborda as consequências ambientais e sociais de uma das maiores tragédias da mineração brasileira. O livro, publicado pela Editora Faria e Silva, foi lançado em 5 de novembro, data em que o desastre completou 11 anos.

A inspiração surgiu dois meses depois da tragédia, quando a autora avistou, da janela de um avião, a mancha de rejeitos de mineração que havia atingido a foz do Rio Doce e avançado pelo litoral do Espírito Santo e da Bahia."Eu avistei ali a foz do Rio Doce também com a coloração abóbora forte. Fiquei impressionada que, depois de dois meses, continuava daquele jeito. Ali, eu comecei a escrever uma história", relatou a escritora à Agência Brasil.

Em 5 de novembro de 2015, o rompimento da barragem operada pela Samarco liberou cerca de 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração. A lama percorreu a Bacia do Rio Doce até chegar ao Oceano Atlântico, provocando destruição ambiental e atingindo diversas comunidades.

O desastre deixou 19 mortos e mais de 600 pessoas desabrigadas, além de comprometer atividades econômicas tradicionais, como a pesca e o turismo.

Memórias

Para construir a narrativa, Adriana visitou diversas vezes a Vila de Regência, localizada em Linhares (ES), onde o Rio Doce deságua no mar. Durante as viagens, conversou com moradores e pescadores que perderam suas fontes de renda após a chegada dos rejeitos.

Segundo a escritora, a pesca representa muito mais do que uma atividade econômica para essas comunidades, pois está ligada à história familiar, à identidade cultural e aos conhecimentos transmitidos entre gerações.

A autora também ouviu relatos de trabalhadores que enfrentaram dificuldades para receber indenizações, especialmente aqueles que não possuíam registro formal da atividade.

Embora inspirada em situações reais, a narrativa não identifica diretamente a vila onde se passa a história, permitindo que a experiência represente outras comunidades marcadas por perdas semelhantes.

História

O romance acompanha a vida de Raquel, personagem que deixa sua terra natal para buscar novas oportunidades na Espanha. Ao longo da narrativa, a protagonista revisita lembranças da infância, da família e do lugar onde cresceu. A obra mistura os impactos da tragédia ambiental com temas como migração, identidade, pertencimento e reconstrução da vida. Segundo Adriana, a personagem encontra na leitura e na escrita uma forma de enfrentar as dificuldades e preservar sua própria história.

A escritora, que foi finalista do Prêmio Jabuti de 2024 com Corredor do Tempo, afirma que a literatura permite abordar acontecimentos reais sem necessariamente apresentar respostas prontas ao leitor.

Personagem histórico

O livro também resgata a história de Caboclo Bernardo, pescador que viveu na Vila de Regência e ficou conhecido por participar do resgate de mais de 120 pessoas após o naufrágio do cruzador Imperial Marinheiro, em 1887.

Na ocasião, Bernardo entrou no mar levando uma corda que permitiu o salvamento dos tripulantes. Pela ação, recebeu uma condecoração da princesa Isabel.

A inclusão do personagem histórico busca preservar a memória cultural da região e destacar a relação das comunidades com o mar e a pesca.

Para Adriana, a literatura também funciona como instrumento de preservação das lembranças de pessoas e lugares que passaram por transformações profundas. "A memória é fundamental e, quanto mais você conta a sua história para os outros, mais ela ganha vida, ela não se perde", afirmou a escritora.

FRASE

"A memória é fundamental e, quanto mais você conta a sua história para os outros, mais ela ganha vida, ela não se perde"

ADRIANA VIEIRA LOMAR
Escritora

Cartilha orientará indígenas sobre acesso a recursos de fundo florestal

Material lançado durante a COP31 explica como povos indígenas e comunidades tradicionais poderão receber ao menos 20% dos pagamentos do Fundo Florestas Tropicais para Sempre

Julia Maraschi
Cascavel

● Uma cartilha lançada durante a 31ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP31), sediada pela Turquia, busca orientar povos indígenas e comunidades tradicionais sobre o funcionamento do Fundo Florestas Tropicais para Sempre (TFFF, na sigla em inglês) e as formas de acesso aos recursos previstos pelo mecanismo.

Produzido pelo Instituto Clima e Sociedade (iCS), o material está disponível gratuitamente em português e inglês. A iniciativa pretende ampliar o acesso às informações sobre o fundo, que prevê o repasse de pelo menos 20% dos pagamentos recebidos pelos países em desenvolvimento pela preservação das florestas às populações tradicionais. A proposta é fortalecer a autonomia dessas comunidades para que possam definir suas próprias prioridades de desenvolvimento. Para isso, será necessário estabelecer mecanismos de governança representativos e compreender os procedimentos para receber os recursos.

Segundo Tatiana Lobão, gerente de Engajamento de Agentes de Mudança e Comunicação do iCS, a cartilha foi elaborada para aproximar um mecanismo financeiro complexo da realidade das populações que vivem nos territórios. "Queremos que essa informação circule pelas organizações, redes e comunidades, inclusive por meio de materiais impressos. A informação precisa chegar antes que as regras estejam definidas, porque participar não é apenas conhecer uma decisão, mas ter condições de influenciá-la", afirmou.

Além da versão digital, o documento será distribuído em formato impresso a organizações e redes que atuam nos territórios.

Formas de recebimento

O material apresenta duas modalidades para a transferência dos recursos, cabendo a cada país escolher qual será adotada.

Na primeira, por meio de uma estrutura nacional, o país recebe a totalidade dos pagamentos do TFFF e transfere pelo menos 20% para uma conta bancária criada por um Comitê Diretor Nacional, formado por representantes dos povos indígenas e das comunidades tradicionais.

Na segunda modalidade, os recursos destinados a essas populações são transferidos diretamente pelo fundo para uma Agência Executora Global (AEG), responsável por repassá-los às contas bancárias específicas dos povos indígenas e comunidades tradicionais de cada país.



Divulgação/Arquivo

Para Tatiana Lobão, o resultado do mecanismo deve ser avaliado também pela capacidade de fazer o financiamento chegar às comunidades, com menos burocracia e respeito à autonomia dos povos. "O sucesso do TFFF não será medido apenas pelo volume de dinheiro mobilizado internacionalmente, mas pela capacidade de fazer esse financiamento chegar diretamente aos territórios, com menos burocracia, respeito à autonomia das comunidades e poder real de decisão sobre as prioridades", destacou.

Financiamento

Na quarta-feira (11), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou que o TFFF havia mobilizado US$ 7,8 bilhões de diferentes parceiros internacionais. A meta é alcançar US$ 10 bilhões até o fim de 2026, valor previsto para a capitalização inicial do fundo.

Parte das contribuições anunciadas, como a da Noruega, está condicionada ao cumprimento dessa meta e pode ser retirada caso o objetivo não seja alcançado. Também há expectativa de que o Canadá anuncie uma contribuição durante a COP31.

O TFFF propõe um modelo de financiamento ambiental baseado em investimentos, e não exclusivamente em doações ou projetos individuais. Os recursos são aplicados em uma carteira diversificada de ativos de renda fixa em países emergentes, que oferecem taxas de juros mais elevadas. O lucro excedente da operação é destinado aos países que possuem florestas tropicais e comprovam a redução ou a manutenção do desmatamento.

Os valores indicativos previstos são de US$ 4 por hectare preservado a cada ano. Ao todo, o mecanismo pretende mobilizar US$ 125 bilhões, sendo US$ 25 bilhões de capital patrocinador e US$ 100 bilhões de investidores institucionais.

Em outubro de 2026, 34 instituições financeiras e organizações de apoio, entre elas Allianz Global Investors, Amundi, Deutsche Bank, PIMCO e Schroders, haviam manifestado apoio ao fundo. Até aquele momento, porém, ainda não havia compromissos efetivos de investimento.

Atividade na Expovel apresentou a história e as funções do Parlamento estadual aos estudantes, enquanto iniciativa busca incentivar a participação popular nas decisões públicas e aproximar a Assembleia das comunidades paranaenses

Gazeta do Paraná acompanha Assembleia Itinerante da Alep durante a Expovel, em Cascavel

Ação aproximou o Legislativo da população e levou atividades educativas a mais de 300 estudantes da rede municipal de ensino

Cascavel
JULIA MARASCHI



Divulgação/Arquivo

A GAZETA DO PARANÁ esteve na Expovel, em Cascavel, nesta quarta-feira (11), para acompanhar a programação da Assembleia Itinerante, iniciativa da Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) que busca aproximar o Poder Legislativo da população. Entre as atividades realizadas durante a feira, um dos destaques foi a participação de mais de 300 estudantes de sete escolas municipais, que tiveram a oportunidade de conhecer um pouco mais sobre o funcionamento do Parlamento estadual.

As visitas ocorreram no estande da Assembleia Legislativa e reuniram alunos das escolas municipais Francisco Vaz, Atílio Destro, Ana Neri, Aníbal Lopes e Mario Pimentel de Camargo, além das escolas do campo José Bonifácio e São Francisco de Assis.

Durante a atividade, os estudantes conheceram a história da Assembleia por meio de uma exposição fotográfica e fizeram um passeio virtual pela sede do Legislativo, em Curitiba, com o uso de óculos de realidade virtual. A proposta foi apresentar, de forma acessível e interativa, as funções dos deputados estaduais e a importância da participação da sociedade na vida pública.

Para a coordenadora pedagógica municipal da Secretaria de Educação de Cascavel, Bruna de Souza Pereira Garcia, a experiência contribui para aproximar as crianças das instituições públicas e apresentar a importância do trabalho legislativo desde os primeiros anos escolares. "É muito importante proporcionar aos alunos a oportunidade de conhecer um pouco da Assembleia Legislativa do Paraná e compreender, desde cedo, a importância da criação das leis para a garantia das políticas públicas", afirmou.

Legislativo

A coordenadora da Assembleia Itinerante, Kátia Chagas, explicou que a iniciativa percorre municípios paranaenses durante grandes feiras e exposições agropecuárias, levando parte da estrutura e das atividades do Legislativo para mais perto dos cidadãos.

Segundo ela, a proposta também envolve o público infantil, para que as crianças compreendam desde cedo como funciona a Assembleia e de que maneira podem contribuir com as decisões que impactam suas comunidades. "Queremos que as crianças comecem a entender desde pequenas qual é a função de um deputado, como funciona a Assembleia e como elas podem participar da vida pública, apresentando sugestões para melhorar sua cidade", explicou Kátia.

A FRASE

"Queremos que as crianças comecem a entender desde pequenas qual é a função de um deputado, como funciona a Assembleia e como elas podem participar da vida pública"
KÁTIA CHAGAS
Coordenadora da Assembleia Itinerante

A coordenadora destacou ainda que a participação popular é importante para o aprimoramento das leis e das políticas públicas. De acordo com ela, a Assembleia Itinerante já realizou 41 edições em diferentes municípios do Paraná.

Além de acompanhar a programação na Expovel, a presença da Gazeta do Paraná no evento permitiu registrar as atividades e a participação dos estudantes em uma iniciativa voltada à educação cidadã e à aproximação entre a população e o Poder Legislativo.

Opine
gazetaparana.com.br
leitor@gazetaparana.com.br

Cascavel assina contrato com Sebrae para elaboração do Plano Municipal de Turismo

Planejamento vai mapear atrativos, serviços e oportunidades do município, além de estabelecer estratégias para fortalecer o turismo e atrair novos investimentos

Da Redação
Cascavel


Divulgação/Arquivo

● A Prefeitura de Cascavel formalizou na quinta-feira (12), a contratação do Sebrae Paraná para a elaboração do Plano Municipal de Turismo. A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, por meio do Comtur (Conselho Municipal de Turismo) quer identificar a estrutura turística do município, entender potencialidades e desafios, além de estabelecer diretrizes para orientar o crescimento do setor nos próximos anos.

Para o prefeito Renato Silva, o planejamento será fundamental para definir as prioridades e direcionar os investimentos no setor.

"Primeiro, precisamos saber o que queremos fazer. E, para saber o que pretendemos, precisamos planejar. Essa parceria com o Sebrae, que tem experiência e profissionais que nos ajudam a pensar, vai permitir construir um grande plano para motivar o turismo. Cascavel tem muito potencial que ainda está adormecido, e esse planejamento será uma ferramenta para fazer tudo isso acontecer", destaca.

O trabalho também contempla a elaboração do Inventário Turístico Municipal, documento que reunirá informações sobre atrativos, equipamentos, serviços e infraestrutura disponíveis em Cascavel. O levantamento permitirá conhecer melhor a oferta turística, identificar oportunidades e apontar os aspectos que precisam de melhorias para fortalecer o município como destino turístico.

A secretária de Desenvolvimento Econômico, Margarida Carneiro, destaca que o planejamento permitirá identificar com mais precisão as oportunidades e os gargalos do turismo local. Segundo ela, embora Cascavel tenha diferentes atrativos, ainda é necessário reunir informações e estabelecer estratégias para desenvolver o setor de maneira organizada.

"Não temos isso mapeado. Por isso, justamente, veio o Plano Municipal de Turismo: para fazer esse trabalho e termos dados e resultados para trabalhar depois com estratégias baseadas nessas informações", afirma.

Entre os potenciais que deverão integrar o levantamento estão o turismo de eventos, rural e religioso, além de atrativos como o Autódromo Internacional de Cascavel e o Show Rural Coopavel. O estudo também deverá considerar segmentos como hospedagem, gastronomia e os serviços oferecidos aos visitantes.

O diretor de Turismo, Paulo Janke, ressalta que o planejamento também será importante para viabilizar a busca por recursos estaduais e federais e estimular a participação da iniciativa privada. A construção contará com o envolvimento de entidades que representam o trade turístico do município.

A elaboração será desenvolvida em quatro etapas, que começam imediatamente e seguem até 2027. Segundo o gerente da Regional Oeste do Sebrae Paraná, Augusto César Stein, o primeiro momento será de organização e mobilização, com a formação de um grupo de trabalho composto por representantes do poder público, do Sebrae e de entidades ligadas ao turismo.

Na sequência, será realizado um diagnóstico para levantar dados sobre a oferta turística de Cascavel e a demanda atual e potencial de visitantes. As informações serão utilizadas na terceira etapa, de formulação do plano, construída em conjunto com os representantes do setor. A última fase será dedicada à implementação e à entrega do planejamento, com recomendação de institucionalização do documento pelo poder público.

"Esse diagnóstico vai levantar tanto os dados da oferta, ou seja, do que Cascavel oferece ao turista, quanto da demanda existente e da demanda potencial. Depois, todos esses dados vão para uma mesa junto com os parceiros para a formulação do plano", explica Augusto.

A importância de um planejamento integrado também é destacada pelo presidente do Sindicato Empresarial da Gastronomia, Hotelaria e Turismo do Oeste do Paraná, Volnei Mecabô. Para ele, o Plano Municipal de Turismo representa uma demanda antiga do setor e deve considerar diferentes segmentos que movimentam a economia local. "Não é só hospitalidade, não é só gastronomia, não é só hotelaria. Vamos falar dos eventos da cidade, dos cartões-postais e do que é possível desenvolver. É um plano que vai contemplar a cidade toda e a região inteira, porque todos nós vamos nos beneficiar", destaca.

NÚMERO

R$129 MIL
Valor do contrato firmado com o Sebrae Paraná para elaborar o Plano Municipal de Turismo, com conclusão prevista em oito meses

Volnei lembra que Cascavel atende uma população de aproximadamente 1,5 milhão de pessoas na região e precisa estar preparada para receber esses visitantes, apresentando as experiências, os serviços e os atrativos disponíveis.

O valor do contrato é de R$129 mil, custeado por subsídio do Comtur. A previsão de conclusão dos estudos é de oito meses.

50%

DESCONTO
MENSALIDADE
ATÉ O FINAL DO
CURSO



Acesse o site
ead.fag.edu.br/cursos

FAG EAD
CENTRO UNIVERSITÁRIO ASSIS GURGACZ

Leis | Julgamentos | Sentenças | Opiniões

Gazetajus

Prescrições Um dos casos mais emblemáticos ocorreu em Planaltina do Paraná, onde uma condenação relacionada a irregularidades na movimentação de recursos do Fumps se tornou definitiva em 21 de maio de 2013

Demora na cobrança faz prescrever punições por improbidade no Paraná

Levantamento da Gazeta do Paraná identifica quatro julgamentos em que o TJPR reconheceu a perda do prazo para executar sanções contra condenados por irregularidades na administração pública



Divulgação TJPR

REDAÇÃO
Cascavel

● Condenações por improbidade administrativa que deveriam resultar em multas, suspensão de direitos políticos e restrições para contratar com o poder público acabaram atingidas pela prescrição no Paraná. Um levantamento realizado pela Gazeta do Paraná em decisões do Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) identificou quatro julgamentos, entre 2025 e 2026, nos quais a demora na execução das penalidades impediu a continuidade das cobranças ou da aplicação das sanções. Os casos envolvem diferentes municípios e revelam uma situação que vai além da dificuldade de condenar agentes públicos: mesmo depois de decisões judiciais definitivas, o cumprimento das punições pode ser comprometido pelo transcurso dos prazos legais.

As decisões analisadas envolvem irregularidades na administração de recursos previdenciários municipais, contratação direta de serviços sem licitação e outras infrações à legislação de improbidade. Em alguns processos, os tribunais apontaram expressamente a demora dos órgãos responsáveis por promover a execução. Em outros, a cobrança chegou a ser iniciada, mas acabou interrompida ou permaneceu sem resultado efetivo até o reconhecimento da prescrição. O levantamento não permite dimensionar quantos processos semelhantes existem no Paraná, mas demonstra que o problema ocorreu em diferentes comarcas e circunstâncias.

Seis anos de espera

Um dos casos mais emblemáticos ocorreu em Planaltina do Paraná, no Noroeste do estado, onde uma condenação relacionada a irregularidades na movimentação de recursos do Fundo Municipal de Previdência dos Servidores (FUMPS) se tornou definitiva em 21 de maio de 2013. Entre as sanções impostas a Marco Antônio Teixeira Alves estavam a suspensão dos direitos políticos por três anos, multa civil equivalente a cinco vezes sua remuneração e proibição de contratar com o poder público pelo mesmo período.

Apesar do trânsito em julgado, o Ministério Público somente requereu formalmente a execução dessas penalidades em 8 de outubro de 2019, mais de seis anos depois. O prazo de cinco anos considerado aplicável pelo TJPR havia terminado em maio de 2018. Em julgamento realizado em 26 de outubro de 2026, a 4ª Câmara Cível reconheceu a prescrição e determinou a extinção da execução das sanções.

O acórdão revela um detalhe significativo: antes do pedido apresentado pelo Ministério Público, o autor de uma ação popular relacionada ao caso havia alertado a Justiça de que as penalidades ainda não tinham sido executadas. A manifestação ocorreu em setembro de 2019, quando o prazo legal já estava ultrapassado. Somente no mês seguinte o Ministério Público solicitou providências para calcular a multa civil e comunicar aos órgãos competentes as restrições impostas ao condenado.

O processo também envolvia a restituição de recursos ao fundo previdenciário municipal. Os valores históricos indicados na sentença somavam aproximadamente R$ 686 mil, sem atualização monetária. Entretanto, essa obrigação tramita em execução separada e não foi extinta pelo julgamento que reconheceu a prescrição das sanções. A distinção é fundamental: a perda do prazo para executar determinadas punições não significa, necessariamente, o desaparecimento da obrigação de devolver dinheiro público.

Justiça reconheceu erros

A investigação documental da Gazeta encontrou ainda uma decisão relacionada ao mesmo caso, de dezembro de 2025, na qual a própria Justiça reconheceu problemas na condução do cumprimento da sentença. O juízo de Santa Izabel do Ivaí admitiu que diferentes procedimentos de execução haviam sido autorizados indevidamente dentro dos mesmos autos, envolvendo cobranças contra o município, contra o ex-agente público e pedidos de honorários advocatícios.

A decisão descreveu uma tramitação desordenada e atribuiu parte importante dos problemas à própria condução judicial, determinando a anulação de atos processuais. Também examinou os efeitos da extinção do fundo previdenciário sobre a responsabilidade pelo ressarcimento, estabelecendo a continuidade da cobrança contra o ex-gestor nos limites definidos naquele procedimento.

Embora as duas decisões estejam relacionadas aos mesmos fatos, tratam de execuções distintas. Os erros reconhecidos na cobrança patrimonial não foram apontados pelo TJPR como causa direta da prescrição das sanções por improbidade. Ainda assim, os documentos revelam dificuldades processuais que acompanharam a tentativa de dar efetividade a uma condenação originada de fatos ocorridos há mais de duas décadas.

Outros municípios

O caso de Planaltina do Paraná não aparece isoladamente na jurisprudência estadual. No próprio acórdão de outubro de 2026, o TJPR citou julgamentos semelhantes envolvendo os municípios de Peabiru, na região Centro-Oeste, e Rio Negro, no Sudeste paranaense.

Em Peabiru, a decisão de abril de 2025 manteve o reconhecimento da prescrição da execução de sanções por improbidade. A ementa mencionou a inércia do município e do Ministério Público na adoção das providências necessárias ao cumprimento da condenação. O processo havia transitado em julgado em 2017, mas a execução não foi promovida dentro do prazo considerado aplicável pelo tribunal.

Em Rio Negro, julgamento realizado em março de 2026 também reconheceu a prescrição da execução de multa civil. Ao examinar o caso, o TJPR ressaltou que eventuais erros ou omissões do Judiciário ou do Ministério Público não poderiam ser transferidos ao condenado para justificar a continuidade de uma cobrança iniciada fora do prazo legal.

As decisões mostram que a prescrição não depende apenas do tempo transcorrido desde a prática da irregularidade. Mesmo quando uma ação de improbidade resulta em condenação definitiva, o poder público precisa adotar as providências de execução dentro dos prazos previstos em lei. Caso contrário, determinadas penalidades podem deixar de ser exigíveis.

Multa sem cobrança

Um quarto julgamento identificado pela Gazeta envolve a contratação direta irregular de serviços jornalísticos por uma administração municipal. A decisão, proferida pela 5ª Câmara Cível do TJPR em agosto de 2026, examinou a tentativa do Ministério Público de executar uma multa civil decorrente de condenação por improbidade administrativa.

Nesse processo, a execução havia sido suspensa diante da ausência de bens penhoráveis. Posteriormente, foram solicitadas novas pesquisas patrimoniais, mas o prazo considerado aplicável já havia transcorrido. O Ministério Público recorreu da extinção da cobrança, sustentando que deveria prevalecer um prazo prescricional de oito anos.

O tribunal rejeitou o recurso e manteve a extinção da execução, embora tenha adotado fundamento jurídico diferente daquele utilizado na primeira instância. A decisão evidencia outro obstáculo à efetividade das condenações: além da necessidade de iniciar a cobrança no prazo correto, a localização de patrimônio e o acompanhamento dos atos executórios podem influenciar diretamente o resultado financeiro das ações.

O nome do gestor envolvido e o valor da multa não puderam ser confirmados na documentação recuperada pela reportagem. Por isso, o caso integra o levantamento de decisões, mas não foi utilizado para estimar o montante financeiro atingido pela prescrição.

Condenação não basta

A análise dos quatro julgamentos revela uma diferença essencial entre obter uma condenação por improbidade administrativa e conseguir executar as penalidades impostas pela Justiça. O trânsito em julgado encerra a discussão sobre a condenação, mas não substitui os procedimentos necessários para cobrar multas, comunicar restrições e promover outras medidas determinadas na sentença.

A legislação estabelece limites temporais para o exercício dessas pretensões. Uma vez reconhecida a prescrição, o Estado perde a possibilidade de exigir judicialmente determinadas sanções, ainda que a condenação original tenha sido considerada válida. A regra busca assegurar segurança jurídica, mas também exige atuação tempestiva dos órgãos responsáveis pelo cumprimento das decisões.

A situação é diferente quando se discute o ressarcimento de prejuízos causados ao patrimônio público. Conforme a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, são imprescritíveis as ações de ressarcimento fundadas em atos dolosos de improbidade administrativa, desde que atendidos os requisitos jurídicos estabelecidos para essa responsabilização. Isso não torna automaticamente imprescritível toda cobrança relacionada a uma ação de improbidade.

Nos casos identificados pela Gazeta, não foi possível estabelecer o valor total das multas cuja execução foi atingida pela prescrição. Também não houve confirmação de que todas as decisões sobre a perda dos prazos já tenham transitado em julgado, circunstância que impede tratá-las indistintamente como situações definitivamente encerradas.

Quem responde pela demora?

Os julgamentos levantam uma questão que ultrapassa a situação individual dos condenados: quem responde quando uma punição imposta pela Justiça deixa de ser executada dentro do prazo?

A execução de decisões judiciais pode envolver diferentes instituições, conforme a natureza da ação e da sanção. Ministério Público, municípios e órgãos judiciais desempenham funções distintas nesse procedimento. A identificação de eventual responsabilidade pela demora depende da análise dos atos praticados, das atribuições legais e das circunstâncias de cada processo.

Em Planaltina do Paraná, a documentação permite estabelecer que o pedido formal de execução das sanções foi apresentado pelo Ministério Público depois do prazo reconhecido pelo TJPR. Em Peabiru, a própria ementa menciona inércia do município e do órgão ministerial. Esses registros, entretanto, não equivalem à comprovação de responsabilidade disciplinar ou funcional dos agentes envolvidos.

O levantamento também não identificou, até o fechamento desta apuração, procedimentos administrativos ou correcionais relacionados à perda dos prazos nos quatro casos. A ausência dessa confirmação não permite concluir que tais procedimentos inexistam.

Mais do que revelar condenações antigas, as decisões examinadas pela Gazeta do Paraná expõem uma etapa frequentemente menos visível da responsabilização por improbidade administrativa: o cumprimento efetivo das sentenças. Quando uma punição é reconhecida judicialmente, mas sua execução não ocorre dentro do prazo legal, a condenação pode permanecer registrada nos autos sem produzir todos os efeitos originalmente determinados.

Os quatro julgamentos não permitem afirmar que o problema seja generalizado no Paraná. Demonstram, contudo, que a perda de prazos na execução de sanções por improbidade ocorreu em diferentes municípios e foi reconhecida por distintas composições do Tribunal de Justiça. A consequência é concreta: penalidades impostas após processos judiciais prolongados podem deixar de ser exigíveis antes mesmo de serem efetivamente cumpridas.

DATA

2025

Em Peabiru, a decisão de abril de 2025 manteve o reconhecimento da prescrição da execução de sanções por improbidade